



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social – SER

Jordana Moreira Silva

A atuação profissional da/o assistente social no terceiro setor

BRASÍLIA-DF

2025

Jordana Moreira Silva

A atuação profissional da/o assistente social no terceiro setor

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social pela Universidade de Brasília

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Michelly Ferreira Monteiro Elias

BRASÍLIA-DF

2025

JORDANA MOREIRA SILVA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO
TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
Professor Orientador – SER/UnB

Profa. Dra. Andreia de Oliveira
Banca examinadora

Prof. Dr. Raí Vieira Soares
Banca examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, meus maiores incentivadores. Com amor e dedicação, sempre me ensinaram que o conhecimento transforma a nossa realidade, e agradeço por nunca medirem esforços para que eu pudesse viver a graduação. Esta conquista é, acima de tudo, por vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me conceder a oportunidade de concluir o bacharelado em Serviço Social pela Universidade de Brasília, um percurso que reafirmou minha certeza sobre a profissão que escolhi.

Aos meus pais, em especial, que me tornaram madura com seus conselhos, resiliente com suas histórias e forte com suas trajetórias. Eu me fiz de vocês e sou quem sou por vocês. Obrigada por, sob muito sol, me fazerem chegar até aqui na sombra e por sempre me apoiarem.

Agradeço também à minha família, por todo o apoio e incentivo a correr atrás dos meus sonhos. Obrigada, Ana Paula, por me mostrar que, quando sonhamos grande, o mundo se torna pequeno para nós. Obrigada, tio Ricardo, por me ensinar, com seu exemplo, a potência dos estudos em nossas vidas. Obrigada, minha vó Francisca, por todo o amor e carinho, e por sempre me lembrar que Deus está no controle dos nossos sonhos.

Agradeço a todos os meus amigos, que me fazem rir em todos os encontros, que me ajudaram quando as preocupações da faculdade e do trabalho pesavam, e que compartilharam comigo sentimentos e momentos memoráveis. Obrigada por se fazerem presentes nessa jornada.

Agradeço a professora Michelly Ferreira pela orientação, dedicação e apoio durante todo o processo de construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao olhar para trás, percebo que cresci vendo pessoas suando para me dar oportunidades, muitos puxões de orelha para me aconselhar e me oferecendo amor para que eu soubesse que, se algo não saísse como planejado, sempre teria um lar para retornar. No final das contas, "vencer na vida", como costumam dizer, nunca foi no singular, mas no plural e sobre todos que estiveram ao meu lado. Porque a cada conquista minha alcançada, há muitos que vencem junto comigo.

"O Serviço Social tem como compromisso fundamental construção de uma sociedade mais justa, em que as condições de vida dos trabalhadores sejam amplamente melhoradas"

- JOSÉ PAULO NETTO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação profissional do/a assistente social no terceiro setor no Brasil, considerando os impactos da hegemonia neoliberal. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentando-se em autores como José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Ivanete Boschetti e Montaño, que discutem as transformações do Serviço Social no contexto das políticas neoliberais. O estudo examina como a retração do Estado na oferta de políticas sociais impulsionou a expansão das organizações do terceiro setor, delegando a estas funções que antes eram de responsabilidade estatal. Nesse cenário, o/a assistente social se depara com desafios como a precarização do trabalho, a instabilidade financeira das instituições e a mercantilização dos direitos sociais. Além disso, discute-se o papel do assistente social na promoção da participação social e no fortalecimento da autonomia dos sujeitos atendidos, contrapondo-se à lógica assistencialista e fragmentada que caracteriza grande parte das organizações do terceiro setor. Por fim, a pesquisa busca contribuir para o debate crítico acerca das possibilidades e limites da atuação profissional do/a assistente social no terceiro setor, evidenciando a necessidade de estratégias que garantam a efetivação dos direitos sociais e o fortalecimento da política pública como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Serviço Social; Terceiro Setor; Neoliberalismo; Políticas Sociais; Assistente Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the professional practice of social workers in the third sector in Brazil, considering the impacts of neoliberal hegemony. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, drawing on authors such as José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Ivanete Boschetti, and Montaña, who discuss the transformations of Social Work in the context of neoliberal policies. The study examines how the State's withdrawal from providing social policies has driven the expansion of third-sector organizations, delegating to them responsibilities that previously belonged to the State. In this scenario, social workers face challenges such as job precarization, financial instability of institutions, and the commodification of social rights. Furthermore, the role of social workers in promoting social participation and strengthening the autonomy of service users is discussed, in contrast to the welfare-oriented and fragmented logic that characterizes much of the third sector. Finally, the research seeks to contribute to the critical debate on the possibilities and limitations of social work practice in the third sector, highlighting the need for strategies to ensure the realization of social rights and the strengthening of public policy as an instrument of social transformation.

Keywords: Social Work; Third Sector; Neoliberalism; Social Policies; Social Worker.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE NEOLIBERALISMO E O TERCEIRO SETOR NO BRASIL	4
1.1 O avanço do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990 e a expansão do terceiro setor.....	4
1.2 O papel das ONGs/OSC e fundações no cenário neoliberal e os impactos nas políticas sociais	13
CAPÍTULO 2 – A/O ASSISTENTE SOCIAL E AS DEMANDAS DO TERCEIRO SETOR	19
2.1 Condicionantes e limites do terceiro setor frente ao contexto de hegemonia neoliberal.....	20
2.2 Dilemas da prática profissional da/o assistente social frente à escassez de recursos	26
CAPÍTULO 3 – O PAPEL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR	32
3.1 Perspectivas de participação social no terceiro setor	33
3.2 Desafios e dilemas da atuação da/o assistente social no terceiro setor com vistas ao fortalecimento da participação social.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O interesse para pesquisar sobre o tema da atuação de assistentes sociais no terceiro setor surgiu durante o período de estágio obrigatório em uma instituição do terceiro setor. Essa experiência proporcionou uma imersão complexa neste ambiente, permitindo testemunhar os desafios enfrentados pelo Serviço Social como profissão. Além disso, o terceiro setor representa uma interseção entre relevância social, desafios intelectuais e oportunidades de carreira, oferecendo um campo de estudo dinâmico para a inovação prática e a discussão acadêmica.

O neoliberalismo, enquanto projeto político-econômico hegemônico a partir da década de 1990, reconfigurou profundamente as relações entre Estado, mercado e sociedade civil no Brasil. Essa reestruturação, marcada pela redução da intervenção estatal em políticas sociais, pela privatização de serviços públicos e pela terceirização de responsabilidades sociais, consolidou o terceiro setor como um espaço estratégico para o enfrentamento das expressões da "questão social".

Nesse contexto, a atuação do/da assistente social emerge como um campo de tensões, desafios e possibilidades, exigindo uma reflexão crítica sobre os limites e as potencialidades da profissão diante da precarização dos direitos sociais e da mercantilização das políticas públicas.

Considerando esses elementos, uma das principais questões que nos surgiu como objeto de estudo para essa temática foi de buscar entender quais são os limites e as possibilidades que permeiam a atuação profissional de assistentes sociais no terceiro setor, frente aos condicionantes colocados pela hegemonia neoliberal na atualidade.

Diante deste questionamento, este trabalho tem como objetivo central analisar a atuação profissional do assistente social no terceiro setor brasileiro, considerando os impactos da hegemonia neoliberal nas dinâmicas institucionais, nas condições de trabalho e nas práticas profissionais. Para isso, busca-se refletir sobre a relação entre o avanço do neoliberalismo e a expansão do terceiro setor no Brasil a partir do final da década de 1990, compreender como as/os assistentes sociais lidam com a interseção entre as demandas sociais e as restrições financeiras das organizações sem fins lucrativos e das políticas

neoliberais, além de analisar o papel desses profissionais no incentivo à participação social e no fortalecimento da sociedade civil.

A escolha do tema justifica-se pela relevância do terceiro setor no cenário nacional contemporâneo, especialmente após as reformas gerenciais dos anos 1990, que transferiram para organizações não governamentais (ONGs), fundações e associações sem fins lucrativos a execução de políticas sociais antes sob responsabilidade estatal.

A problematização do tema revela um cenário paradoxal: se, por um lado, o terceiro setor ampliou sua atuação em áreas como assistência social, saúde e educação, respondendo a demandas emergenciais de populações vulneráveis, por outro, sua inserção no contexto neoliberal aprofundou contradições como a precarização laboral, a dependência de recursos instáveis e a focalização de ações. A atuação do/da assistente social é tensionada entre a necessidade de responder a urgências imediatas e o compromisso ético-político de promover emancipação e participação social, o que evidencia a importância de compreender essas contradições sob uma perspectiva crítica.

Nesse sentido, destaca-se que a relevância deste estudo reside em sua contribuição para o campo teórico e prático do Serviço Social. Teoricamente, melhora a compreensão sobre as transformações do Estado e do terceiro setor no neoliberalismo, articulando-as às dinâmicas da profissão. Além disso, discute conceitos fundamentais para a análise crítica da atuação profissional, como mercantilização das políticas sociais, desresponsabilização do Estado e refilantropização.

Na prática, oferece subsídios para a reflexão sobre estratégias de resistência e adaptação, visando fortalecer a atuação crítica dos profissionais em um contexto marcado por restrições estruturais. Além disso, o trabalho dialoga com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos sociais, a democracia e a justiça social.

Este estudo teve como caminho metodológico para sua realização, a metodologia qualitativa e bibliográfica, baseada na revisão de literatura especializada e na análise crítica de documentos, artigos e livros que discutem a temática.

O estudo fundamenta-se em autores clássicos do Serviço Social e teóricos críticos do neoliberalismo, visando construir uma análise que contemple

tanto as condições estruturais da profissão quanto as possibilidades de resistência e enfrentamento diante das imposições do mercado de trabalho. A metodologia qualitativa permite uma melhor compreensão das contradições presentes na prática profissional, destacando como os/as assistentes sociais lidam com os desafios impostos pelo terceiro setor e quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer sua atuação.

O trabalho estrutura-se em três capítulos interligados. O primeiro discute a relação entre neoliberalismo e terceiro setor no Brasil, destacando como as reformas dos anos 1990 redefiniram o papel do Estado e transferiram responsabilidades sociais para organizações não governamentais. Analisa-se a expansão das ONGs como estratégia de redução de gastos públicos e de mercantilização dos direitos, problematizando os impactos dessa dinâmica na universalidade das políticas sociais.

O segundo capítulo aborda as demandas específicas do terceiro setor e os dilemas enfrentados pelos assistentes sociais, como a escassez de recursos, a precarização laboral e a fragmentação das ações. Destaca-se a tensão entre a autonomia profissional e as exigências institucionais, que frequentemente subordinam a prática a critérios de eficiência e resultados quantificáveis.

O terceiro capítulo explora o papel do assistente social na promoção da participação social, analisando modelos de participação instrumentalizada e emancipatória. Discute-se como a mediação profissional pode ressignificar espaços burocráticos em arenas de disputa política, fortalecendo o controle social e a luta por direitos.

CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE NEOLIBERALISMO E O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Este capítulo discutirá a relação entre o neoliberalismo e o terceiro setor no Brasil, destacando como o avanço desse modelo econômico impactou as políticas sociais e a atuação das organizações do terceiro setor. O primeiro subtópico abordará o contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, com foco na redução do papel do Estado, na privatização de serviços públicos e no estímulo à participação de atores privados e do terceiro setor no atendimento às demandas sociais. A partir dessa análise, serão evidenciados os desafios que esse modelo impôs à consolidação de políticas públicas universalistas, bem como seu impacto na configuração das responsabilidades do Estado em relação à questão social.

Na sequência, o segundo subtópico analisará o papel das ONGs, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e fundações no contexto neoliberal, explorando como essas entidades se tornaram agentes fundamentais na execução de políticas sociais fragmentadas e focalizadas. Serão investigados os impactos da atuação dessas organizações na precarização e na mercantilização dos direitos sociais, assim como as consequências para a universalidade e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, será discutido como essas transformações moldam o campo de atuação das/dos assistentes sociais, que enfrentam novos desafios em um contexto marcado por restrições de financiamento e lógicas de mercado.

1.1 - O avanço do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990 e a expansão do terceiro setor

A implementação de políticas neoliberais no Brasil na década de 1990 trouxe diversas transformações para a economia e as funções sociais do Estado, promovendo uma redução significativa de suas responsabilidades em áreas fundamentais e fortalecendo o papel do setor privado e do terceiro setor. Esse processo, iniciado com o governo de Fernando Collor de Mello foi impulsionado pelo contexto global de expansão do neoliberalismo e marcou uma transição importante na estrutura socioeconômica do país. Segundo Paulani (2003), o

neoliberalismo em nível mundial se apresenta como uma resposta às crises que afetaram a experiência de Estado de bem-estar social vivenciada em países de economia central da Europa entre 1945 e meados da década de 1970. Desta maneira, o neoliberalismo propõe a revalorização do mercado como o principal agente regulador das atividades econômicas e sociais.

No Brasil, os ajustes resultantes da ofensiva neoliberal configuram uma contrarreforma do Estado, que não é um fenômeno isolado, mas uma consequência de uma série de mudanças nas relações internacionais, especialmente no comércio mundial e na reconfiguração das forças políticas entre os diferentes países. Ela integra um novo padrão de organização do capitalismo global e reflete a composição das forças sociais, manifestando-se como um movimento conservador que busca reverter os avanços alcançados com o modelo do Estado de Bem-Estar Social vivenciado nos países europeus (Paulani, 2010).

Esses ajustes, que de fato representaram uma verdadeira contrarreforma, caracterizaram-se por um retrocesso em relação aos direitos civis e trabalhistas. Eles são fundamentados na necessidade do capital de liberalizar os mercados, aumentar os lucros e incentivar as taxas de juros. Como destaca Paulani (2010), tais medidas reforçam a centralidade do mercado em detrimento do papel do Estado, desmantelando as bases que regulam as relações produtivas, sociais, políticas e econômicas no país.

Esse processo está intimamente ligado à reestruturação produtiva, à busca pela recuperação das elevadas taxas de lucro e à ampliação da hegemonia política e ideológica do capital. Em última instância, seu objetivo foi modificar as bases do Estado de Bem-Estar Social, promovendo um novo arranjo que favorecesse os interesses do capital financeiro e das elites econômicas (Paulani, 2010).

Dessa forma, as reformas neoliberais buscavam a redução do papel do Estado na promoção do bem-estar, transferindo parte significativa das suas funções em âmbito social para entidades privadas e organizações do terceiro setor, um movimento que na prática trouxe desafios significativos para os sistemas de proteção social e a perspectiva da universalidade dos direitos sociais.

Historicamente o Brasil foi um país que a duras penas, em um contexto de fortalecimento das lutas da classe trabalhadora e da defesa da democracia, conseguiu conquistar com a Constituição de 1988 um padrão de proteção social regulamentado nas políticas de seguridade social (que prevê a saúde, a previdência e a assistência social), assim como demais diversos direitos sociais igualmente importantes, como moradia, educação, cultura, lazer dentre outros.

Contudo, sob o governo Collor iniciado em 1990, o Brasil passou a adotar uma política de abertura econômica com o objetivo de inserir o país de forma mais competitiva no mercado global. Essa política envolveu a diminuição de barreiras tarifárias, desregulamentação de setores produtivos e a privatização de empresas estatais estratégicas (Paulani, 2010). Conforme argumenta Faleiros (2001), esse modelo privilegiava a acumulação de capital em detrimento das necessidades sociais, resultando em um Estado seletivo em suas intervenções.

As privatizações promovidas pelo governo Collor eram vistas como um passo essencial para a modernização econômica, mas também como uma estratégia que atendia mais aos interesses do capital internacional do que aos objetivos de desenvolvimento nacional. Isso resultou em uma exposição desigual da indústria brasileira à concorrência global, comprometendo a estabilidade econômica e social do país e aumentando sua vulnerabilidade às crises econômicas. (Besser Pereira, 1997)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) aprofundou ainda mais a agenda neoliberal no Brasil, consolidando o processo de privatizações e expandindo a transferência de responsabilidades sociais para o terceiro setor. A criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, foi um marco nesse sentido, estabelecendo um novo modelo de administração pública baseado na eficiência gerencial e na diminuição da atuação direta do Estado em áreas não essenciais. (Bresser-Pereira, 1997).

Esse plano foi elaborado sob a coordenação de Luiz Carlos Bresser-Pereira e representou uma ruptura com o modelo estatal de garantia de direitos sociais, propondo uma reforma que tornava o Estado um regulador e coordenador de parcerias público-privadas, incentivando a participação do terceiro setor em políticas de assistência social e saúde, por exemplo. De acordo com Medeiros (2017), esse movimento trouxe consequências importantes para o serviço social, criando um cenário da profissão em relação as ONGs e outras

organizações sem fins lucrativos para suprir demandas que antes eram atendidas pelo Estado.

Nesse contexto das contrarreformas promovidas pelo Plano Diretor, o terceiro setor tornou-se um elemento central na estratégia neoliberal para a transferência de funções do Estado para a sociedade civil. Segundo Montaño (2012), o terceiro setor passou a ser visto como uma solução viável para preencher as lacunas deixadas pelo Estado em áreas essenciais, como educação, saúde e assistência social.

Esse processo estabeleceu um termo de parceria com ONGs e demais instituições de caráter filantrópico para a implementação de políticas sociais. A esse novo modelo na área social se combina ainda aos serviços voluntários, que desprofissionalizam a intervenção nessas áreas, principalmente remetendo as ações ao discurso da solidariedade, com enfoque no bem-comum através do trabalho voluntário (não remunerado).

Segundo Montaño (2010, p. 46-47), para operacionalizar esse processo de “publicização” dos serviços sociais, três conceitos viram “[...] palavras de ordem: descentralização, organização social e parceria”. A primeira, definida de forma ampla, engloba tanto a transferência de decisões para as unidades subnacionais, como a delegação de autoridade a administradores de nível mais baixo. Em outros termos: a lógica é que as políticas sociais possam ser desenvolvidas com um controle muito maior da população se estas forem descentralizadas.

Entretanto, a expansão do terceiro setor dentro desse modelo traz contradições significativas. Embora as ONGs/OSCs e outras organizações sem fins lucrativos sejam fundamentais para atender a certas demandas sociais, sua atuação é limitada pela falta de financiamento estável e pela dependência de recursos privados e convênios públicos.

Essa dependência muitas vezes leva as ONGs a atender aos interesses de seus financiadores, em vez de focar exclusivamente nas necessidades da população atendida. Dessa forma, o terceiro setor, assume um papel complementar, e de maneira precarizada, marcado pela fragmentação dos serviços e pela vulnerabilidade às oscilações econômicas.

A expansão do terceiro setor também reflete a lógica de mercantilização dos direitos sociais no contexto neoliberal. De acordo com Faleiros (2001), o

neoliberalismo redefine o papel do Estado, limitando seu alcance democrático e exacerbando as desigualdades sociais. Essa restrição à atuação estatal transforma o acesso a direitos em um privilégio restrito, enfraquecendo a universalidade das políticas públicas e fragmentando o atendimento social em programas e projetos de curto prazo.

Paulani (2010) reforça essa análise, argumentando que a influência do capital sobre as instituições públicas intensificou a desestruturação das políticas sociais, que passaram a ser tratadas sob uma ótica de mercado, onde o direito à assistência é transformado em um serviço, e não mais garantido pelo Estado como uma prerrogativa universal. Dessa maneira, o terceiro setor, ao atuar em condições instáveis e limitadas, não consegue substituir a função estatal na garantia de direitos, operando de forma restrita e seletiva.

Desta maneira, a mercantilização dos direitos sociais representa uma estratégia para moldar as políticas públicas conforme os interesses do capital, utilizando o terceiro setor como um meio para reduzir os gastos públicos e transferir a responsabilidade pelo bem-estar social para as organizações privadas e a sociedade civil. (Montaño, 2014)

Ademais, Montano (2014, p. 196-197) explica que as privatizações das políticas sociais seguem dois caminhos frente à essa problemática:

a) re-mercantilização dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são transferidos para o mercado e vendidos aos consumidores, como uma nova maneira de apropriação da mais-valia dos trabalhadores. Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”, o “cidadão-cliente”; b) re-filantropização das respostas à —questão social, de modo que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal e também não terão condições de acesso ao segmento privado, transfere-se para o segmento da “sociedade civil”. Assim, o terceiro setor passa atender a população denominada aqui de “excluída” ou parcialmente “integrada”

Essa visão mercantilista compromete a noção de cidadania, ao transformar o acesso a direitos sociais em um favor assistencial, e não em uma obrigação do Estado. Dessa forma, o terceiro setor, longe de garantir a universalidade dos direitos, atende às demandas sociais de forma fragmentada e pontual, intensificando a precarização das políticas sociais e expondo as populações mais vulneráveis a uma situação de desproteção.

A crítica à mercantilização dos direitos sociais revela que, ao colocar o mercado como principal regulador das políticas públicas, o neoliberalismo compromete o Estado democrático e social de direito. Segundo Netto (2012), o Estado brasileiro, ao adotar políticas neoliberais, reconfigurou seu papel, reduzindo o acesso a serviços básicos e promovendo a transferência dessas funções para o setor privado e o terceiro setor.

Esse processo reflete uma lógica em que os serviços públicos são tratados como produtos, cuja oferta e qualidade dependem da capacidade de financiamento externo. Em consequência, essa transferência de responsabilidades gera uma disparidade na prestação dos serviços, com as organizações sem fins lucrativos assumindo um papel essencial, porém insuficiente para atender às demandas da sociedade de forma universal e igualitária.

De acordo como Montañó (2012, p.222):

Este processo de verdadeiro "recorte" dos recursos que financiam programas estatais na área social tem sido visto como um fenômeno natural e/ou necessário (de modernização estatal), dada a crise fiscal e a ineficiência do Estado, mas que tem sido acompanhado de um crescimento da intervenção da sociedade civil nessa área

Com isso, o autor reflete sobre o processo de "recorte" de recursos destinados aos programas estatais na área social, abordando como esse fenômeno é frequentemente visto como uma consequência natural ou necessária diante das denominadas crise fiscal e da ineficiência do Estado. O autor sugere ainda que, diante dessas dificuldades financeiras, a redução dos recursos voltados para políticas sociais seria uma medida cabível para a modernização do Estado, visando um ajuste fiscal necessário. Nesse contexto, a visão de que o Estado precisa se adaptar a novas realidades econômicas pode ser utilizada para justificar os cortes em áreas essenciais, como a assistência social.

No entanto, a citação também revela uma crítica implícita a essa lógica, já que, ao falar da "ineficiência do Estado", Montañó (2012) nos convida a refletir sobre as limitações da gestão pública e a necessidade de repensar o papel do Estado na administração dos recursos sociais. Essa perspectiva pode ser vista como uma defesa de políticas neoliberais, que geralmente advogam pela

diminuição da atuação do Estado e pela transferência de responsabilidades para o mercado ou para outras entidades, como a sociedade civil.

Além disso, Montaño (2012) destaca o crescimento da intervenção da sociedade civil na área social como uma consequência dessa reconfiguração do papel do Estado. Esse fenômeno reflete uma tendência crescente das ONGs e outros atores civis que passam a desempenhar um papel considerável na execução e fiscalização de políticas sociais. Embora isso possa ser visto como uma forma de compensar a redução da presença do Estado, também gera questionamentos sobre os limites dessa participação.

Como Montaño (2012, p.226) argumenta:

Dizíamos que a função ideológica das parcerias era não a de compensar, mas a de encobrir e gerar aceitação. Isto é, o Estado, que comandado pelo capital se reestrutura, desvincula-se progressivamente da atividade social (e alivia o capital na corresponsabilidade do seu sustento), recortando financiamentos, precarizando, focalizando, descentralizando, diminuindo a abrangência, ou diretamente eliminando políticas sociais e assistenciais

A partir dessa citação, é possível refletir que segundo Montaño (2012) a criação de parcerias entre o Estado e a sociedade civil não é meramente uma tentativa de compensar a redução de políticas sociais, mas sim uma estratégia para encobrir o desmonte dessas políticas e gerar uma aceitação social desse processo.

Ao desvincular-se progressivamente das atividades sociais, o Estado se alinha com os interesses do capital, aliviando-o da responsabilidade de sustentar políticas de bem-estar e transferindo essa função para entidades da sociedade civil. Com isso, a função ideológica das parcerias não só legitima, mas também naturaliza a retração do Estado no campo social, promovendo a aceitação de políticas que reduzem direitos e focam apenas em grupos específicos.

Dessa forma, o discurso da eficiência e modernização esconde uma lógica de privatização e mercantilização dos direitos sociais, que se torna cada vez mais restrito e condicionado a determinados grupos e contextos específicos. Isso demonstra como o avanço do neoliberalismo no Brasil não apenas reconfigura a gestão pública, mas também molda a percepção coletiva sobre o papel do Estado e dos direitos sociais, promovendo uma aceitação da precarização como se fosse um caminho a ser aceito.

Seguindo a reflexão de Montaño (2012), observa-se que o discurso em torno da transferência de responsabilidades do Estado no âmbito social para a sociedade civil não é apenas uma questão técnica, mas carrega um forte componente ideológico. Conforme aponta o autor, há uma tentativa de legitimar esse processo apresentando-o como uma transição de um Estado “falido” para uma sociedade civil mais “eficiente”, “empreendedora” e “livre”, um setor que, sob o rótulo de terceiro setor, seria capaz de promover uma gestão mais eficaz e próxima das reais demandas sociais.

Essa narrativa é construída para gerar a aceitação de um modelo em que o Estado se desresponsabiliza progressivamente das políticas sociais, ao mesmo tempo em que promove uma imagem positiva da descentralização e da solidariedade não-classista. No entanto, essa retórica esconde a verdadeira motivação de classe por trás dessas reformas, que é a preservação dos interesses do capital, ao mesmo tempo em que oculta a erosão dos direitos sociais conquistados.

Essa ideologia cria a ilusão de que a sociedade civil e as organizações do terceiro setor podem preencher as lacunas deixadas pelo desmonte das políticas estatais, oferecendo um modelo de gestão mais próximo das comunidades e mais alinhado com os princípios de solidariedade. No entanto, Montaño (2012) nos alerta para o fato de que essa “parceria” entre Estado e sociedade civil não é uma relação de cooperação equitativa, mas sim um instrumento para mascarar o enfraquecimento das políticas sociais. A transferência de responsabilidade é, na verdade, um mecanismo para ocultar a perda de direitos conquistados ao longo de décadas de luta social, enquanto promove a aceitação de um modelo neoliberal que privilegia interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo.

Por conseguinte, a crítica central é que, ao apresentar o terceiro setor como um espaço mais “autônomo” e “igualitário”, cria-se uma narrativa que desvia a atenção das implicações dessa transferência de responsabilidades. Esse movimento não apenas legitima a retirada do Estado das suas funções sociais, mas também fortalece a ideia de que o setor privado e a sociedade civil organizada podem substituir o papel do Estado de maneira mais eficiente, sem considerar que esses atores não têm a obrigação de garantir direitos universais e permanentes.

Assim, a imagem de "parceria" é utilizada para naturalizar a retirada do Estado das suas obrigações sociais e para reforçar a ideia de que o mercado e as entidades não governamentais são os novos agentes da promoção do bem-estar social, encobrando, dessa forma, a intensificação da desigualdade e da precarização dos direitos sociais.

A crítica de Montaño (2012) à função ideológica das parcerias entre Estado e sociedade civil nos convida a refletir sobre as consequências de um modelo que, sob o pretexto da modernização e eficiência, reconfigura o papel do Estado e compromete o acesso aos direitos sociais. Ao desvincular o Estado das suas responsabilidades e transferi-las para o terceiro setor, o que se observa é a consolidação de um projeto neoliberal que despolitiza a "questão social" ¹e transforma direitos em serviços condicionados a parcerias e lógicas de mercado.

Esse processo tem como um dos seus principais resultados a fragilização do direito à assistência social como política pública e universal, afetando, sobretudo, as populações mais vulneráveis, que passam a depender de serviços fragmentados e instáveis, oferecidos por organizações cuja atuação está frequentemente condicionada a interesses privados e a financiamentos pontuais.

Há o risco de que, ao transferir responsabilidades para a sociedade civil, o Estado perca a capacidade de garantir um atendimento equitativo, resultando em uma maior fragmentação e mercantilização dos serviços sociais. Dessa forma, Montaño (2012, p.222) finaliza ao dizer que: "Justifica-se, então: a diminuição da intervenção estatal nas sequelas da "questão social" teria sido "compensada" pelo crescimento da intervenção da sociedade civil"

Medeiros (2017) argumenta que esta inclusão na execução de políticas sociais transforma a natureza dessas políticas, que passam a ser caracterizadas pela focalização e pelo caráter pontual das ações. Ao contrário da perspectiva universalista que orientava as políticas sociais na Constituição Federal de 1988, as ONGs, por sua natureza de captação de recursos e dependência de

¹ A "questão social", segundo José Paulo Netto (2001), refere-se às expressões das contradições e desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. No contexto neoliberal, verifica-se a desresponsabilização do Estado, que transfere a provisão de políticas sociais para o terceiro setor, sob o discurso de modernização e eficiência. Esse processo despolitiza a questão social e transforma direitos em serviços mercantilizados, ofertados de forma fragmentada e precária. Como consequência, políticas como a assistência social, que deveriam ser públicas e universais, são enfraquecidas, afetando sobretudo as populações mais vulneráveis (NETTO, 2001).

financiamentos, tendem a implementar programas mais limitados em escopo e duração.

Essa mudança reflete o desmonte do padrão de proteção social conquistado na Constituição Federal de 1988, promovendo uma abordagem fragmentada e seletiva no atendimento das demandas sociais. Medeiros (2017) destaca que, embora as ONGs possam ter um papel positivo em termos de inovação social e resposta rápida a demandas emergentes, elas acabam também reforçando a lógica de mercantilização e refilantropização dos serviços sociais.

Assim, o avanço do neoliberalismo e a consequente expansão do terceiro setor no Brasil configuram uma estrutura de Estado que privilegia o capital sobre as necessidades sociais, contribuindo para a precarização dos serviços públicos e o aumento das desigualdades. Embora o terceiro setor desempenhe um papel importante no atendimento de demandas sociais urgentes, sua atuação é limitada por uma lógica assistencialista e pela falta de suporte estrutural. (Medeiros, 2017)

Como aponta Montaño (2012), o terceiro setor não possui capacidade para substituir o papel do Estado na proteção social e na garantia de direitos, funcionando na prática como uma estratégia paliativa e de caráter temporário. Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de um modelo de política social que reforce o compromisso do Estado com a universalidade e a proteção social.

1.2 - O papel das ONGs/OSC e fundações no cenário neoliberal e os impactos nas políticas sociais

A implementação de políticas neoliberais no Brasil na década de 1990 levou ao fortalecimento das ONGs e OSCs como agentes responsáveis por suprir demandas sociais que, tradicionalmente, eram de competência estatal. Segundo Montaño (2002), a redução das funções do Estado e a promoção de parcerias com o terceiro setor visavam trazer eficiência e uma suposta modernização da gestão pública.

Conforme analisam Behring e Boschetti (2009), a emergência das ONGs no contexto neoliberal não é apenas uma resposta às necessidades sociais, mas

sim uma estratégia deliberada de reformulação das políticas sociais sob a ótica do mercado. As autoras ressaltam que ao transferir a execução de políticas públicas para o terceiro setor o Estado brasileiro não apenas reduz seus gastos, mas também redefine a concepção de cidadania.

O apoio às ONGs nesse sentido configura-se como um mecanismo de privatização dos serviços sociais, onde os direitos são tratados como mercadorias, acessíveis apenas aos que se enquadram nos critérios seletivos das políticas focalizadas.

No entanto, esse processo fez com que as ONGs/OSCs assumissem um papel de “amortização social”, atendendo a carências imediatas sem a infraestrutura necessária para uma atuação universalizada. Dessa forma, o modelo neoliberal favorece uma estrutura assistencialista e fragmentada.

Ademais, este ponto é defendido por Boschetti (2016, p.136-137) quando ela cita:

A supressão ou restrição de direitos existentes reduz a participação social do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho e, em novo contexto e condições históricas, deixa os trabalhadores —livres como pássarosll, o que os impele a se submeter a não importa que tipo de trabalho ou atividade para assegurar sua subsistência e de sua família, ou seja, os lança ao jugo das relações de mercado sem proteção.

Para Faleiros (2001), a transferência de responsabilidades para as ONGs e OSCs no contexto neoliberal reflete uma reestruturação do papel do Estado, que privilegia o controle de gastos em detrimento das políticas sociais. Ao se apoiar no terceiro setor, o Estado busca reduzir seus custos com proteção social, transferindo parte de suas obrigações para entidades privadas. Contudo, essa transição resulta em um atendimento instável, dado que essas organizações frequentemente dependem de fontes externas de financiamento e apresentam limitações para garantir um atendimento contínuo e adequado às demandas da população.

Nesse cenário, o Estado promove uma retirada gradual de suas responsabilidades, as quais operam de forma fragmentada e dependente de financiamentos esporádicos. Ao fragmentar o atendimento, as ONGs acabam por criar um cenário de exclusão social, onde apenas grupos específicos recebem atendimento, deixando lacunas significativas na promoção de direitos universais. Assim, o papel das ONGs/OSCs se torna funcional à manutenção da

ordem neoliberal, reforçando a ideia de que o mercado é mais eficiente na gestão das demandas sociais. (Boschetti, 2003)

A expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil tem sido apresentada como uma solução para a "questão social", com a justificativa de retirar o Estado da responsabilidade direta no atendimento às demandas sociais, transferindo essa função para essas instituições. O argumento em favor das ONGs se baseia na ideia de que elas seriam mais eficientes e eficazes na gestão dos problemas sociais, como se tivessem mais capacidade do que as instituições públicas para lidar com tais demandas.

Além disso, existe a justificativa econômica, que sugere que os gastos com as ONGs seriam menores do que os custos do atendimento prestado pelo Estado. No entanto, como aponta Montaño (2010, p.227), a verdadeira razão para esse movimento é, em grande medida, de natureza político-ideológica:

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do —terceiro setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Neste processo de desresponsabilização do Estado em relação à proteção social e à garantia de direitos universais dos cidadãos, ao transferir a responsabilidade para as ONGs, cria-se a ilusão de que a “questão social” podem ser resolvidas por meio de ações pontuais, desarticuladas e não universais. Isso não apenas enfraquece o caráter de direito das políticas sociais, mas também fomenta uma cultura de solidariedade pautada na perspectiva filantrópica, no lugar de soluções estruturais, públicas e universalistas.

Essa estratégia também tem como objetivo retirar o capital das responsabilidades sociais, ao mesmo tempo em que promove uma nova forma de lucratividade para o setor privado. O processo de precarização e focalização da ação social estatal, juntamente com a expansão do "terceiro setor", acaba por gerar uma demanda lucrativa para empresas, que, ao atuar nesse espaço, aproveitam-se da fragilidade das políticas públicas.

Ademais, essa ideia é reforçada através da seguinte constatação de Montaño (2012, p.223):

Trocando em miúdos: o que é parte substantiva da atual estratégia de reestruturação do capital — a desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas às sequelas da "questão social" - passa a ser mostrado (e interpretado) como modernização, como *aggiornamento*, como mecanismo de superação da crise fiscal, como necessidade geral, como processo "natural". O que é um "recorte" de políticas sociais e assistenciais do Estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma "passagem" de um setor (o estatal, o "primeiro") para outro (o "terceiro setor", a "sociedade civil"). O que é uma perda — de direitos conquistados - passa a ser considerado como aumento — da atividade civil

Dessa forma, a lógica neoliberal, ao redefinir o papel do Estado e promover a expansão do terceiro setor, não apenas redefine os contornos das políticas sociais, mas também transforma a própria noção de cidadania. Em vez de direitos universais garantidos, o que se observa é uma transferência de responsabilidades para a sociedade civil que apesar de seus esforços, carece de condições estruturais para atender de forma ampla e equitativa as demandas sociais.

A estratégia neoliberal, ao apresentar essa transferência como modernização ou evolução natural, mascara a erosão dos direitos sociais e reforça a lógica de que a solidariedade privada pode substituir o compromisso público. Ademais, essa dinâmica reforça a desigualdade estrutural, uma vez que a atuação do terceiro setor, embora relevante, não possui condições de substituir a responsabilidade social e política do Estado em assegurar direitos fundamentais.

Boschetti (2003) argumenta que a focalização dos serviços sociais por meio das ONGs/OSCs gera uma fragmentação do atendimento, que acaba deixando lacunas consideráveis nas políticas sociais. Essas organizações, em grande parte, direcionam suas ações para grupos específicos e projetos pontuais, o que limita a promoção de direitos universais. A autora destaca que, mesmo que as ONGs e OSCs desempenhem um papel importante em cenários emergenciais, a continuidade de suas ações é comprometida pela dependência de financiamentos temporários e pela ausência de suporte estatal.

Essa estrutura fragmentada cria um cenário no qual o atendimento à população não é universal nem garantido. Segundo Netto (1992), a presença ampliada das organizações da sociedade civil no cenário de políticas sociais

serve para legitimar a retirada progressiva do Estado, configurando uma mudança na forma de garantir direitos.

Assim, o acesso à assistência social passa a depender das características e capacidades de cada organização, o que dificulta o alcance da cidadania plena e cria desigualdades regionais e locais. Netto (2012) observa que esse modelo fere o princípio de universalidade, essencial para as políticas sociais.

Montaño (2012) destaca que, ao assumirem funções que antes cabiam ao Estado, as ONGs e OSCs são incorporadas ao sistema neoliberal como agentes de um serviço limitado. Embora as ONGs tenham capacidade de realizar atendimentos pontuais em situações de vulnerabilidade social, sua atuação é limitada pela instabilidade financeira e pela dependência de financiadores externos. Nesse contexto, o terceiro setor passa a desempenhar um papel complementar, mas insuficiente para atender a toda a demanda da população, especialmente em tempos de crise econômica.

De acordo com Faleiros (2001), esse modelo reflete uma abordagem seletiva das políticas sociais, na qual o Estado restringe suas intervenções diretas e delega parte de suas responsabilidades a atores externos. Essa configuração gera consequências para o caráter democrático das políticas sociais, pois, ao operar de forma fragmentada e dependente de parcerias, o atendimento social se torna restrito e vulnerável às variações econômicas e políticas. Para o autor, o Estado deve manter um compromisso com políticas estruturantes que garantam o atendimento universal.

Boschetti (2003) também alerta para a precarização das políticas sociais sob o modelo neoliberal. A atuação das ONGs e OSCs, apesar de necessária em algumas situações, não possui a infraestrutura estatal para implementar mudanças estruturais e atender a demandas de forma abrangente.

Por conseguinte, ao direcionar a análise para as políticas sociais, percebe-se que estas se configuram como um processo dinâmico, marcado por relações complexas e contraditórias entre o Estado e a sociedade civil. Essas políticas não emergem de um vácuo, mas são fruto de tensões, conflitos e lutas de classe que permeiam o processo de produção e reprodução do sistema capitalista. (Behring; Boschetti, 2011)

Nesse contexto, o Estado assume uma postura aparentemente neutra, apresentando-se como uma esfera pacificadora, mas que, na prática, se revela

omisso frente aos interesses divergentes e às disputas entre as lutas de classes. As políticas sociais, assim, se tornam funcionais à lógica de acumulação capitalista, servindo tanto a interesses econômicos quanto políticos. Behring e Boschetti (2009, p. 37) ressaltam que:

Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via de adesão dos trabalhadores no sistema.

Dito isso, em um contexto de hegemonia neoliberal o que deveria se configurar como instrumentos de emancipação, essas políticas reforçam de maneira predominante a estrutura de dominação, ao passo que legitimam e reproduzem a ordem social vigente. Ao mesmo tempo em que atendem (mesmo que de forma precária e restrita), necessidades humanas fundamentais como o direito à alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, trabalho, previdência social, dentre outros.

Ao se apoiar no terceiro setor, o Estado cria um cenário em que as organizações acabam suprindo, de forma temporária, as lacunas deixadas pelas políticas públicas, em particular as políticas sociais. No entanto, esse modelo não se sustenta no longo prazo, pois as ONGs não possuem meios para garantir o direito pleno à assistência.

Netto (1992) aponta que a configuração do terceiro setor no Brasil está alinhada a um modelo de gestão que se distancia da perspectiva de bem-estar e coloca as organizações da sociedade civil em um papel de provisão social limitada. Esse modelo, ao transferir parte das responsabilidades do Estado para as ONGs e OSCs, cria uma relação de dependência que enfraquece o alcance dessas políticas.

A atuação dessas organizações, mesmo que comprometida com as demandas da população, é afetada pelas condições de financiamento e pela necessidade de adaptação a critérios impostos por financiadores.

Montaño (2012) critica o fato de que ao depender de financiamento externo o terceiro setor acaba se submetendo a exigências que nem sempre estão alinhadas às necessidades das comunidades atendidas. Isso gera um distanciamento entre as prioridades das ONGs e a realidade das populações

mais vulneráveis, comprometendo a efetividade das ações de assistência social. Esse contexto enfraquece a noção de cidadania, uma vez que os direitos são atendidos de forma parcial e condicionada à disponibilidade de recursos, e não como um dever do Estado.

Ademais, a presença ampliada das ONGs/OSCs no contexto brasileiro reforça a necessidade de uma crítica ao modelo neoliberal, que desvirtua as políticas sociais de seu objetivo de emancipação política, transformando-as de forma predominante sob a ótica neoliberal em instrumentos de controle social e regulação do mercado. Desta maneira, sem um compromisso estatal com políticas públicas (principalmente as políticas sociais) abrangentes, as organizações do terceiro setor não têm a capacidade de atender, de forma justa e contínua, a todas as demandas da população, especialmente em momentos de crise.

Assim, destaca-se a necessidade de reavaliar o papel das ONGs e OSCs na estrutura das políticas sociais brasileiras. O terceiro setor, apesar de sua importância para o atendimento emergencial, não substitui o papel do Estado na promoção de direitos universais e contínuos. Sem o apoio integral do poder público, as ONGs enfrentam limitações que comprometem a continuidade e a efetividade de suas ações. Como conclui Montañó (2012), a estrutura social brasileira demanda um modelo que preserve o compromisso do Estado com políticas públicas abrangentes e justas.

2 – A/O ASSISTENTE SOCIAL E AS DEMANDAS DO TERCEIRO SETOR

Este capítulo aborda elementos sobre a atuação da/o assistente social no terceiro setor, destacando as principais demandas sociais enfrentadas por essas organizações e os dilemas que permeiam a prática profissional inserida nesse contexto. O primeiro aspecto abordado são as principais demandas das organizações do terceiro setor. Essas organizações, frequentemente condicionadas pela dependência de recursos externos, enfrentam dificuldades para garantir a sustentabilidade de suas ações, resultando em uma lógica de mercantilização dos direitos sociais que fragmenta e focaliza as respostas às demandas da população. Nesse cenário, a precarização do trabalho, a limitação

de articulação com o poder público e a dificuldade de promover mudanças estruturais são um dos desafios para a prática profissional da/o assistente social.

Além disso, será discutida a atuação da/o assistente social diante da escassez de recursos, que restringe sua autonomia relativa e condiciona a priorização de demandas emergenciais em detrimento de estratégias mais amplas e estruturantes. Essa realidade impõe limites à efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, especialmente pela fragmentação e descontinuidade de projetos causada pela instabilidade financeira das organizações. Por outro lado, serão apontadas estratégias de resistência e adaptação utilizadas pelos/as assistentes sociais para enfrentar essas contradições, buscando alinhar suas práticas aos princípios do projeto profissional.

2.1 - Condicionantes e limites do terceiro setor frente ao contexto de hegemonia neoliberal

O terceiro setor desempenha um papel importante no enfrentamento das demandas sociais que se constituem na concretização das expressões da “questão social”, especialmente em contextos marcados pela retração do Estado na garantia de direitos sociais. Contudo, sua atuação é significativamente condicionada pela dependência estrutural de recursos externos, advindos de doações de empresas e indivíduos, parcerias com o Estado, financiamentos internacionais e captações comunitárias. Essa característica reflete uma fragilidade estrutural que limita a capacidade dessas organizações de responder de forma consistente e sustentável às necessidades das populações vulneráveis (Silva, 2008).

Conforme aponta Silva (2008, p.13), "os recursos financeiros para projetos são entendidos como suficientes pela maioria, mesmo estes sendo advindos de doações/captação entre a comunidade, o que significa serem esporádicos". Essa realidade demonstra que, embora as ONGs e outras organizações do terceiro setor desempenhem um papel fundamental para atendimentos emergenciais, sua dependência de recursos instáveis compromete a continuidade e o impacto de suas ações. Muitas vezes, projetos são

interrompidos ou reduzidos devido à escassez de recursos, prejudicando tanto os beneficiários quanto os próprios trabalhadores envolvidos.

Os recursos públicos, acessados por meio de convênios, parcerias ou editais, representam uma parcela significativa do financiamento do terceiro setor no Brasil. Entretanto, Montañó (2012, p.98) destaca que "essa transferência de responsabilidades reflete a lógica neoliberal de desresponsabilização estatal, em que o Estado reduz sua intervenção direta nas políticas sociais e delega funções a entidades privadas, sejam lucrativas ou não". Esse modelo aprofunda a dependência das ONGs em relação ao poder público e compromete sua autonomia na formulação e execução de suas ações.

Além disso, as ONGs também dependem de doações privadas, frequentemente realizadas por empresas no âmbito da responsabilidade social corporativa ou por meio de incentivos fiscais. Duarte (2002) observa que "as doações privadas, embora relevantes, estão frequentemente condicionadas às estratégias de marketing das empresas, o que limita o alcance das ações financiadas e reforça a seletividade na escolha dos projetos apoiados" (p. 51). Isso significa que áreas de menor visibilidade ou que demandam transformações estruturais podem não receber a atenção necessária, perpetuando as desigualdades que essas organizações buscam enfrentar.

Adicionalmente, a captação de recursos internacionais é significativa para projetos voltados a questões globais, como direitos humanos e meio ambiente. No entanto, Montañó (2012, p.104) ressalta que "os financiamentos internacionais frequentemente impõem agendas externas às organizações locais, distanciando-as das reais demandas da população atendida". Essa dinâmica reflete as contradições entre a necessidade de financiamento e a preservação da autonomia política das ONGs, que muitas vezes precisam adaptar suas ações para atender aos critérios definidos pelos financiadores.

Essa dependência estrutural também condiciona as organizações a atenderem interesses que nem sempre correspondem às reais demandas sociais. Montañó (2012, p. 65) observa que "o padrão emergente de intervenção social transfere o foco da garantia de direitos para a oferta de serviços, muitas vezes conduzidos por meio de contratos e parcerias que colocam o mercado como mediador da questão social". Essa dinâmica reforça a lógica neoliberal, em que os serviços sociais são tratados como mercadoria, sendo direcionados

por critérios de rentabilidade e eficiência, em vez de priorizar as necessidades das populações mais vulneráveis que são usuárias desses serviços.

Complementando esse debate, Montaño (2012) alerta que a mediação do mercado na “questão social” promove a despolitização das demandas sociais, desarticulando-as de uma perspectiva de direitos e reduzindo-as a respostas imediatistas. Essa lógica transforma as expressões da “questão social” em objetos de consumo, deslocando a centralidade do Estado como garantidor de direitos para um cenário em que o mercado assume o protagonismo, legitimando desigualdades e perpetuando estruturas de exclusão. Segundo o autor, essa abordagem não apenas fragmenta as políticas sociais, mas também fragiliza a luta coletiva e a organização dos sujeitos sociais enquanto agentes de transformação.

Outro impacto significativo dessa dependência estrutural é a precarização do trabalho no terceiro setor. Medeiros (2017, p. 25) destaca que:

[...] os profissionais que atuam nessas organizações, especialmente assistentes sociais, enfrentam relações de trabalho marcadas pela informalidade, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas, comprometendo a qualidade dos serviços prestados.

Essa precarização afeta diretamente a capacidade das organizações de atrair e reter profissionais qualificados, gerando um ciclo de instabilidade que compromete a execução de projetos de longo prazo e mantém um padrão assistencialista.

A fragilidade financeira e estrutural do terceiro setor também limita sua capacidade de desenvolver ações estratégicas e estruturantes. Como aponta Silva (2008, p.15), "a articulação com o poder público é muitas vezes limitada, o que dificulta a implementação de estratégias mais abrangentes e sustentáveis para o enfrentamento das desigualdades sociais". Essa dependência de recursos externos não apenas reduz a autonomia das organizações, mas também restringe seu papel político, afastando-as da participação em processos de formulação de políticas públicas e de controle social.

Nesse contexto, as organizações do terceiro setor frequentemente adotam práticas focadas na resolução de demandas imediatas, em detrimento de ações que enfrentam as estruturas de desigualdades. Montaño (2012, p.78) ressalta que:

[...] ao se submeterem às exigências do mercado e do financiamento estatal, as organizações perdem a capacidade de agir como agentes críticos e emancipadores, reproduzindo práticas que, em última instância, mantêm a ordem social vigente.

Essa limitação reforça a necessidade de repensar o modelo de atuação do terceiro setor, priorizando sua articulação com políticas públicas universais e ações voltadas para a promoção de mudanças estruturais.

Ademais, a dependência estrutural afeta o potencial transformador das ONGs, subordinando sua atuação a agendas externas. Como observa Montañó (2012, p.58), "o terceiro setor surge como um espaço de intervenção social subordinado à lógica do capital, reproduzindo práticas fragmentadas e focalizadas que não respondem às demandas estruturais da sociedade". Essa análise evidencia que, embora o terceiro setor tenha potencial para contribuir com o enfrentamento da questão social, sua eficácia é limitada pela falta de autonomia e pela subordinação a interesses mercadológicos.

Para enfrentar essas limitações, é necessário fortalecer o papel do Estado como garantidor de direitos sociais e promotor de políticas públicas universais. Montañó (2012, p.118) argumenta que "o enfrentamento da questão social exige a reconstrução de políticas públicas universais, financiadas pelo Estado, que garantam a igualdade de condições e a justiça social". Nesse sentido, o terceiro setor deve ser compreendido como um ator complementar, cuja atuação deve estar articulada com políticas públicas mais amplas e integradas.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas financiadas pelo Estado, em articulação com o terceiro setor, promovam a inclusão social por meio de ações que respeitem a diversidade e as especificidades da sociedade. Essa parceria deve ser estruturada com base em critérios que assegurem a justiça social, indo além da mera prestação de serviços. Isso implica um planejamento estratégico que garanta a participação ativa da sociedade civil no diagnóstico e na implementação das ações, fortalecendo o controle social e assegurando que as demandas sociais sejam atendidas de forma efetiva e inclusiva.

A dependência estrutural do terceiro setor, portanto, reflete uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que busca atender às demandas sociais, sua atuação é condicionada por um modelo de financiamento que perpetua as desigualdades e limita sua eficácia. Para superar essas

contradições, é necessário promover uma articulação entre o terceiro setor, o Estado e a sociedade civil, baseada em um compromisso político com a universalização de direitos e a transformação das estruturas sociais. Dessa forma seria possível construir um modelo de intervenção social que vá além do assistencialismo e responda de maneira efetiva às demandas sociais. (Montaño, 2012)

O terceiro setor, em sua atuação no enfrentamento das desigualdades sociais, enfrenta desafios significativos relacionados à limitação de sua participação política e à mercantilização das políticas públicas. Sob a lógica neoliberal, as ações do terceiro setor são, muitas vezes, vistas como substitutas das responsabilidades do Estado, o que reforça a privatização e a focalização dos serviços sociais. Esse modelo compromete a capacidade dessas organizações de influenciar mudanças estruturais e de atuar como agentes de transformação social. (Montaño, 2012).

Além disso, a limitação política das organizações do terceiro setor é um reflexo da falta de articulação com espaços de controle social e da dependência de financiamentos externos. Silva (2008, p. 13) aponta que "há uma predominância quanto a seu caráter eventual pelo fato de que metade dos participantes atua apenas como filiado". Essa ausência de engajamento efetivo em fóruns e conselhos dificulta a atuação política dessas organizações, que muitas vezes se restringem a práticas assistencialistas e emergenciais, sem promover ações estruturantes.

A lógica de gestão privatista imposta pela hegemonia neoliberal (período a partir do qual as ONGs se expandiram) que condiciona a configuração das políticas públicas também restringe a autonomia do terceiro setor. Conforme aponta Montaño (2008, p. 198), "a ampliação da prestação de serviços sociais privados e filantrópicos desenvolvidos pelas ONGs reflete a lógica de transferência do público para o privado, marcada pela gestão privatista". Essa transferência não apenas limita o alcance das políticas sociais, mas também coloca as organizações em uma posição subordinada, condicionando suas ações aos interesses dos financiadores e afastando-as de sua função política e emancipadora.

Outro desafio importante é a tendência de priorizar resultados quantitativos e metas de curto prazo, em detrimento de transformações sociais mais profundas. Montañó (2012, p. 101) crítica essa prática, afirmando que:

[...] a ênfase em metas e indicadores de desempenho, frequentemente desconectados da realidade social, subordina as práticas do terceiro setor à lógica empresarial, comprometendo sua função social.

Essa ênfase em resultados numéricos desvia o foco das organizações da efetivação do trabalho proposto e reduz sua capacidade de agir como promotoras de direitos e cidadania.

O distanciamento do terceiro setor de seu papel político também é agravado pela fragilidade de suas estruturas organizacionais e pela dependência de recursos externos. Medeiros (2017, p.30) observa que:

[...] a falta de engajamento político das organizações do terceiro setor reflete a ausência de recursos e a fragilidade de sua estrutura organizacional, o que as condiciona a um papel meramente operacional, em detrimento de sua função política.

Essa situação reflete o impacto das políticas neoliberais, que limitam a capacidade das organizações de promover mudanças estruturais e fortalecer sua atuação política.

Apesar desses desafios, o terceiro setor possui potencial para atuar como um espaço de resistência e transformação social. Para isso, é necessário resgatar o caráter político das ONGs, promovendo sua articulação com movimentos sociais e políticas públicas universais. Entretanto, exige uma postura de reorganização das práticas dessa esfera, no sentido de priorizar ações que ampliem a participação social e o papel do Estado para lidar com as expressões das desigualdades e na regulamentação dos direitos de cidadania, em particular os direitos sociais. (Montañó, 2012)

Nesse sentido, a articulação com espaços de controle social, como conselhos e fóruns, é essencial para fortalecer a atuação política das organizações do terceiro setor.

Nesta perspectiva, Silva (2008, p.15) afirma que:

[...] a articulação com o poder público é muitas vezes limitada, o que dificulta a implementação de estratégias mais abrangentes e sustentáveis para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Um outro aspecto a se considerar é que essa lacuna deve ser superada por meio de estratégias que integram as ações do terceiro setor às políticas públicas, garantindo maior impacto e sustentabilidade.

Nesse contexto, as redes socioassistenciais desempenham um papel estratégico, pois possibilitam a articulação entre diferentes atores sociais e promovem a integração entre as ações desenvolvidas pelo terceiro setor e as políticas públicas. No entanto, como aponta Silva (2008, p.13), "essas redes ainda carecem de maior coordenação e alcance, sendo frequentemente limitadas pela falta de apoio e estrutura". Essa carência reforça a necessidade de investimentos públicos que fortaleçam a atuação das organizações e garantam a sustentabilidade de suas ações.

Além disso, Silva (2008, p.14) destaca que a articulação efetiva entre as redes socioassistenciais e o poder público é fundamental para ampliar o alcance das ações realizadas. Contudo, "a fragmentação e a falta de continuidade nas políticas públicas dificultam a construção de estratégias integradas, limitando a capacidade dessas redes de responder às demandas sociais de forma sustentável".

Esse cenário evidencia a importância de um maior comprometimento estatal, tanto na coordenação quanto no financiamento dessas redes, para que possam desempenhar um papel mais robusto no enfrentamento da questão social. Assim, superar essas carências exige não apenas investimentos financeiros, mas também a criação de mecanismos que garantam uma gestão integrada, democrática e eficiente, capaz de promover resultados mais duradouros. E para que se construa possibilidades nesse sentido, é necessário a construção de forças contra hegemônicas que enfrentem o neoliberalismo, o que por sua vez é um desafio que transcende o âmbito específico do terceiro setor.

Diante do acirramento da "questão social" e das mudanças no papel do Estado em tempos de hegemonia neoliberal, Montaño (2012, p. 118) conclui que "o enfrentamento da questão social exige a reconstrução de políticas públicas universais, financiadas pelo Estado, que garantam a igualdade de condições e a justiça social". Nesse sentido, as organizações do terceiro setor devem atuar como parceiras estratégicas, contribuindo para a construção de um projeto de

sociedade equitativo que visa atender necessidades e interesses dos segmentos dominados.

2.2 - Dilemas da prática profissional da/o assistente social frente à escassez de recursos no terceiro setor

A autonomia profissional do/a assistente social nas Organizações Não Governamentais (ONGs) é constantemente condicionada pela escassez de recursos financeiros, o que compromete a liberdade de planejamento e execução de suas atividades. Apesar de serem espaços de relevante intervenção profissional, as ONGs operam sob a dependência de financiamentos externos e parcerias, o que impacta diretamente o desenvolvimento das ações propostas pelos/as assistentes sociais. Como aponta uma entrevistada no estudo de Duarte (2007): “Alguma coisa que precise de recurso financeiro, aí eu tenho que passar pra saber se realmente há aquele recurso disponível [...] a gente depende de recursos”. (Duarte, 2007, p.120)

A dependência financeira das ONGs compromete diretamente a autonomia profissional dos/as assistentes sociais, que acabam tendo que ajustar suas ações às condições impostas pelos financiadores e pelas diretrizes institucionais. Nesse contexto, a autonomia profissional assume um caráter relativo, dado que as propostas de trabalho precisam ser compatíveis com os recursos disponíveis e com os interesses das instituições. Netto (2006) ressalta que esses desafios comprometem o projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que a escassez de recursos limita a efetivação de práticas críticas e transformadoras, fundamentais para a profissão.

Além disso, a escassez de recursos compromete a capacidade de intervenção integral sobre as demandas sociais, obrigando os/as assistentes sociais a priorizarem ações pontuais em detrimento de projetos mais amplos. Tal cenário gera uma atuação fragmentada: “Os recursos são poucos para atingir a demanda que está posta, então eu preciso priorizar o que precisa ser feito”. (Duarte, 2007, p.120)

Outro elemento a se considerar e que envolve a autonomia profissional é que o financiamento condicionado à aprovação de projetos reduz o campo de ação crítica e tende a subordinar o exercício profissional às metas dos

financiadores. Assim, a autonomia torna-se apenas aparente, submetida às exigências externas e ao contexto estrutural da ONG.

Portanto, a escassez de recursos financeiros não apenas limita a autonomia profissional, mas também desafia a materialização dos princípios ético-políticos do Serviço Social, reforçando o caráter paliativo das ações realizadas e fragilizando a capacidade de resposta às expressões da “questão social”. (Duarte, 2007)

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sociotécnica do trabalho e que atua nas expressões originadas na relação de contradição entre capital e trabalho, intervindo diretamente no âmbito da reprodução da vida social, atendendo demandas dos usuários em seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Desta maneira, a/o assistente social é um(a) trabalhador(a) que vende sua força de trabalho a entidades empregadoras, produzindo serviços que atendem às necessidades sociais e participando, enquanto trabalhador (a) assalariado (a), do processo de produção e reprodução das relações sociais. (Iamamoto, 1992)

Como afirma Iamamoto (1992): “O assistente social realiza esta ação a partir das manifestações imediatas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos. É no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais”. Contudo, o Serviço Social habitualmente passa por mudanças significativas que têm diversificado os espaços sócio-ocupacionais, implicando em sua autonomia profissional. (Tamarozzi e Dias, 2018)

Mota (1998) pontua a importância da discussão sobre a profissão na atual conjuntura, destacando a necessidade de identificar o conjunto das necessidades políticas, sociais, materiais e culturais, bem como a possibilidade de traçar metodologicamente um caminho entre as demandas e suas necessidades, considerando as complexidades da sociedade capitalista contemporânea.

Segundo Mota (1998, p.27), as forças produtivas devem reaver sua organização, assim como os mercados, enfatizando que:

[...] em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um ‘novo equilíbrio’, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na

recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais.

Um dos desafios que se apresentam ao trabalho nas ONGs é a conquista de direitos, onde se percebe a grande omissão do Estado em relação à efetivação desses direitos, evidenciando a refilantropização dos direitos sociais. A autonomia nesses espaços ocupacionais é um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais, onde a questão da hierarquia ainda prevalece nas tomadas de decisão dos trabalhos desenvolvidos.

Diante dessa problemática, lamamoto (2009, p.70) reforça que:

O Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício da profissão.

Ademais, a autora aponta que há uma interferência direta dos empregadores na definição do trabalho profissional, uma vez que a relação estabelecida entre o profissional e o objeto de intervenção “[...] depende do prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas”. (lamamoto, 2009, p.352).

A autonomia profissional do/a assistente social, ao atuar no terceiro setor, exige uma constante reflexão sobre as condições objetivas de trabalho, as competências técnico-críticas e a direção ético-política que norteia a profissão. lamamoto (2009, p.353) enfatiza que a autonomia no exercício da profissão depende do respaldo coletivo da categoria e da definição de um perfil profissional alinhado aos valores e princípios democráticos, afirmando:

[...] é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade.

Entretanto, a autonomia é frequentemente limitada pelos princípios e objetivos estabelecidos pelas próprias instituições, assim como pelos recursos e projetos que são condicionados às expectativas de financiadores externos. Nesse sentido, Montaño (2008, p.22) ressalta que o terceiro setor acaba sendo funcional à reestruturação do capital, inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea e representando interesses da classe dominante,

tendo o significado de ser “um novo padrão para a função social de dar respostas às expressões da questão social”.

Essa perspectiva revela que, mesmo inseridos em espaços que visam atender demandas sociais, as/os assistentes sociais enfrentam a pressão pela captação de recursos e pela submissão às diretrizes dos financiadores, o que pode levar à perda da identidade das organizações e à descaracterização do trabalho proposto a ser desenvolvido. Montañó (2008, p.35) complementa afirmando que: “a captação de recursos no terceiro setor é tão importante que, para além da obviedade de necessitar fundos que não são autogerados para desenvolver suas atividades, pode comprometer a identidade das organizações”.

Nesse contexto, o/a assistente social se depara com a tensão entre a busca por recursos e a efetivação dos direitos sociais. Essa dinâmica afeta a viabilização de projetos e a autonomia profissional, demandando um constante esforço para alinhar o trabalho cotidiano aos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Iamamoto (2009, p.353) destaca a importância de fortalecer os valores e competências da profissão como estratégia de resistência à alienação do trabalho assalariado, afirmando que:

Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

A fragmentação das demandas e das respostas profissionais nas ONGs emerge como uma consequência direta da escassez de recursos e da lógica neoliberal que permeia o terceiro setor. As atividades desenvolvidas nessas organizações são, na maioria das vezes, pontuais e direcionadas a objetivos específicos, conforme os projetos financiados, impossibilitando a construção de respostas sistêmicas e contínuas às expressões da “questão social”. Duarte (2007, p.113) aponta que essa atuação fragmentada está diretamente vinculada à lógica de parcerias com o Estado e a dependência de financiamentos externos. Em uma entrevistada observa que:

Não vejo como aquela proposta [...] de intermediar programas sociais. Não tem isso na ONG; na ONG trabalhamos na perspectiva de multidisciplinaridade. Então, meu trabalho é tão importante na área social como é de um agrônomo.

Outro fator crítico é a descontinuidade das ações. Projetos iniciados com grandes expectativas são frequentemente interrompidos ou reformulados devido

ao término do financiamento ou a mudanças nas prioridades institucionais. Tal dinâmica gera frustração tanto para os/as profissionais quanto para os/as usuários/as, evidenciando os limites estruturais em responder às demandas de forma integral. (Duarte, 2007)

Essa fragmentação dificulta uma atuação profissional com vistas a contribuir com o processo de emancipação política dos usuários, já que as ONGs, em sua maioria, atuam de forma assistencialista. Conforme Duarte (2007), essa atuação limitada reforça o caráter paliativo das ações, contribuindo para legitimar a retirada do Estado como garantidor dos direitos sociais.

Ademais, como exposto, são os empregadores que impõem as exigências trabalhistas e ocupacionais aos trabalhadores/as especializados das ONGs e mediam as relações de trabalho coletivo da organização. É notório que, nesses espaços ocupacionais, os/as assistentes sociais trabalham em coletividade com uma equipe multiprofissional. Dessa forma, os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do/a assistente social deve responder, sejam no Estado, em empresas privadas ou em entidades não governamentais. Em relação ao contrato de trabalho, Montaño (2008, p. 254) elucida que: “há uma forte presença de contratos terceirizados de assistentes sociais, carregando toda a precariedade, temporalidade e instabilidade que supõe este vínculo contratual”.

A sobrecarga de trabalho é outra realidade recorrente no cotidiano das/os assistentes sociais que atuam em ONGs. De acordo com Duarte (2007, p.178) a acumulação de funções e a falta de recursos estruturais geram um cenário de desgaste físico e emocional, comprometendo a qualidade das intervenções. Uma entrevistada relata que: “Confundem exploração com compromisso ético-político no exercício da profissão”.

Essa sobrecarga, somada à necessidade de atender múltiplas demandas institucionais, como viagens constantes e atividades administrativas, intensifica o desgaste profissional. A falta de reconhecimento financeiro e a ausência de mecanismos de apoio também agravam essa situação, dificultando a reflexão crítica sobre as condições de trabalho e a construção de estratégias de resistência. O excesso de atividades fragmenta o tempo e a energia dos/as assistentes sociais, comprometendo a articulação política necessária para lutar por melhores condições de trabalho. (Duarte, 2007)

A autonomia profissional, portanto, não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve considerar as condições objetivas de trabalho e as contradições presentes no terceiro setor. Para Montañó (2008), as organizações do terceiro setor são atravessadas pelas mesmas dinâmicas estruturais do capitalismo, o que reforça a importância do fortalecimento coletivo da categoria para garantir um trabalho crítico e comprometido com a transformação social. Esses desafios refletem as contradições do terceiro setor, que opera dentro da lógica neoliberal ao transferir responsabilidades do Estado para as ONGs, sem garantir os recursos necessários para o enfrentamento das demandas sociais.

Duarte (2007) destaca que essa transferência é funcional ao projeto neoliberal, desresponsabilizando o Estado e legitimando ações assistencialistas e fragmentadas. Apesar de seu papel no atendimento às expressões da “questão social”, as ONGs enfrentam limites estruturais que inviabilizam a efetividade de suas ações. Como observa uma entrevistada na pesquisa realizada por Duarte (2007): “O terceiro setor [...] acaba que pulveriza as coisas. Não cumpre responsabilidades, mas lhe é atribuído responsabilidades que ele não é capaz de dar conta”. (Duarte, 2007, p. 171)

Diante do exposto, embora importante no cenário atual, o terceiro setor (em que pese a existência da sua heterogeneidade político-ideológica no âmbito da sociedade civil) opera dentro das contradições impostas pela lógica neoliberal, fazendo parte de forma predominante do amplo processo que existe nos dias atuais de mercantilização dos direitos sociais, o que desafia a atuação crítica e transformadora das/os assistentes sociais. Essa realidade exige reflexões complexas a respeito dos limites do terceiro setor como alternativa às políticas públicas sociais, além de estratégias para fortalecer o compromisso ético-político do Serviço Social na luta pela defesa dos direitos de cidadania, da justiça social e da democracia em nosso país.

CAPÍTULO 3 – O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

Este capítulo aborda o papel do/da assistente social na promoção da participação social no terceiro setor, contextualizando suas práticas em meio às transformações impostas pelo neoliberalismo no Brasil. O primeiro subtópico

(3.1) explora as perspectivas teóricas da participação social nesse âmbito, discutindo modelos que oscilam entre a instrumentalização e a emancipação política. Autores como Gohn (2011) e Faleiros (2004) fundamentam a reflexão sobre como a participação pode ser reduzida a mecanismos burocráticos ou transformada em ferramenta de empoderamento coletivo, destacando o potencial das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como espaços de resistência e construção democrática. Serão examinadas as contradições inerentes a esses processos, especialmente em um cenário em que a lógica mercantil subordina as políticas sociais a interesses fragmentários.

Na sequência, o subtópico 3.2 trata dos desafios e dilemas enfrentados por assistentes sociais no fortalecimento da participação social, considerando as restrições estruturais do terceiro setor. Com base em estudos de Medeiros (2017) e Boschetti (2003), serão discutidos temas como a dependência de recursos externos, a precarização do trabalho profissional e a tensão entre demandas imediatistas e projetos transformadores. A análise evidenciará como a atuação desses profissionais é tensionada entre a necessidade de adaptação às exigências institucionais e o compromisso ético-político com a autonomia das comunidades, reforçando a importância de estratégias críticas para enfrentar a mercantilização dos direitos e a fragilização dos mecanismos de controle social.

3.1 - Perspectivas de participação social no terceiro setor

A participação social no terceiro setor, como fenômeno que envolve a sociedade civil organizada, tem se mostrado uma estratégia essencial para a construção e implementação de políticas públicas no Brasil, especialmente diante das limitações e dos desafios impostos pelo contexto neoliberal. Essa participação, entretanto, não pode ser reduzida a um ato de simples envolvimento com as políticas públicas, mas deve ser entendida como um processo dinâmico, emancipatório e, principalmente, transformador, capaz de ressignificar as relações entre a sociedade civil e o Estado.

Segundo Gohn (2011), a participação social deve ir além de uma simples ação assistencialista. Ela precisa ser politizada, com o intuito de fomentar a emancipação dos indivíduos. Esta atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) deve buscar a autonomia e a capacidade de intervenção nas políticas

públicas, superando o modelo assistencial tradicional. Ademais, Gohn (2011, p. 94) enfatiza que “a participação social deve ser um meio para a construção de uma sociedade mais justa, que se baseie no fortalecimento de direitos e na ampliação das condições de participação política”. Nesse sentido, a participação social não deve ser encarada como uma simples forma de colaboração ou apoio às políticas públicas, mas como um processo que visa a construção de novos direitos e contribuir com a transformação das relações sociais.

Essa perspectiva de Gohn (2011) encontra eco nas propostas de Faleiros (2004), que, embora focando na importância da participação no controle social, reforça a ideia de que a sociedade civil deve ser um ator ativo na construção das políticas públicas. Para Faleiros (2004), a participação social deve ser um mecanismo de controle sobre as ações do Estado, funcionando como um instrumento de vigilância e fiscalização das políticas e ações governamentais.

Faleiros (2004, p. 98) afirma que “o controle social é uma ferramenta essencial para assegurar a transparência na gestão pública e garantir que as políticas sociais atendam às necessidades reais da população”. Diante do exposto, as OSCs desempenham um papel crucial ao serem representantes das exigências sociais e ao exercerem um controle contínuo sobre os processos decisórios no campo das políticas públicas.

A partir dessa articulação, a participação social no terceiro setor emerge como uma dinâmica de empoderamento das organizações sociais e das comunidades. As OSCs, ao se organizarem e buscarem a autonomia política e financeira, podem se posicionar como agentes de resistência e/ou transformação social, desafiando as estruturas de poder que muitas vezes mantêm as populações em situação de vulnerabilidade à margem das decisões políticas.

Nesse contexto, a emancipação dos sujeitos sociais proposta por Gohn (2011) se alinha com o papel de controle social que Faleiros (2004) valoriza, já que ambos entendem a participação como um processo de poder, em que os indivíduos e as organizações não apenas participam, mas atuam de forma ativa e crítica, questionando as condições estabelecidas e propondo novas formas de organização política e social.

A autonomia das OSCs é outro ponto de convergência importante nas análises de ambos. Gohn (2011) argumenta que a dependência das organizações de recursos públicos e privados pode comprometer a capacidade

das OSCs de desempenharem seu papel crítico e transformador. Ela observa que, para que a participação seja genuína, as OSCs precisam atuar com independência frente ao poder público e às grandes corporações, sem perder o compromisso com a transformação das condições sociais.

Faleiros (2001) também destaca a importância da autonomia, mas com um enfoque na capacidade das OSCs de influenciar diretamente as políticas públicas, de modo a garantir que elas atendam de fato às necessidades da população. Nesse sentido, ambos concordam que a autonomia das organizações é um pré-requisito para a efetividade da participação social.

Outro aspecto relevante abordado por Gohn (2011) é o papel formador da participação social. A autora defende que as OSCs devem ser responsáveis por promover processos de formação política e conscientização, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como uma forma de empoderamento que permita à população não apenas reivindicar seus direitos, mas também atuar de forma ativa na construção de políticas públicas.

Esse foco na “educação política”², encontra respaldo nas análises de Faleiros (2004), que aponta a educação política como uma ferramenta central para a construção de uma cidadania ativa. Para ele, a sociedade civil precisa estar politicamente preparada para exercer o controle social e a participação de forma plena, através de canalizações estruturadas de diálogo com o poder público.

Apesar dessas semelhanças, Faleiros (2004) enfatiza a necessidade de institucionalização dos mecanismos de controle social, como conselhos e fóruns, que permitem uma participação mais organizada e formal no processo político. Para ele, “o controle social se dá por meio de instâncias que possibilitam a fiscalização e o acompanhamento das políticas públicas, garantindo que a voz da população seja ouvida de maneira estruturada” (Faleiros, 2004, p. 110). Essa institucionalização da participação, embora fundamental, deve ser acompanhada por um processo contínuo de conscientização, conforme defendido por Gohn

² Para Faleiros (2004), a educação política é um mecanismo que possibilita à população compreender as estruturas de poder, exercer a fiscalização sobre o Estado e participar ativamente da formulação e implementação de políticas públicas. “A educação política é essencial para que a sociedade civil possa exercer sua função de controle social e de proposição de políticas públicas. Sem esse processo de formação crítica, a participação tende a ser burocrática e limitada, reduzindo-se muitas vezes a um papel meramente legitimador das decisões já tomadas pelo Estado.” (FALEIROS, 2004, p. 130).

(2011), para que a sociedade civil não se limite a um papel meramente consultivo, mas se engaje de maneira transformadora e crítica no debate político.

Em um contexto de crescente neoliberalização das políticas públicas, ambos os autores ressaltam o risco da mercantilização das políticas sociais, que enfraquece as possibilidades de uma “participação genuína e efetiva”³. Gohn (2011) alerta que a expansão do terceiro setor no Brasil tem se dado, muitas vezes, sob uma lógica de gestão e controle privado das políticas públicas, o que pode comprometer a atuação transformadora das OSCs.

Faleiros (2004, p. 130) complementa essa análise ao afirmar que a participação deve se opor à lógica neoliberal e se colocar como uma resistência aos processos de privatização das políticas sociais. “A participação deve ser entendida como uma forma de resistência às imposições neoliberais e como um meio de garantir os direitos sociais frente à mercantilização das políticas públicas”.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender as diferentes formas de participação social no terceiro setor, uma vez que nem todas as iniciativas garantem, de fato, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Muitas OSCs acabam operando dentro de um modelo de participação instrumentalizada, no qual a sociedade civil é chamada a colaborar com projetos e políticas já previamente estabelecidas, sem possibilidade de intervenção real nos processos decisórios. Essa lógica, restringe a participação a um papel passivo, enfraquecendo o potencial transformador da ação coletiva.

Em contraposição, a participação emancipatória emerge como alternativa capaz de promover o empoderamento social e a construção de uma cidadania ativa, garantindo que os sujeitos sociais tenham voz e influência nos rumos das políticas públicas. Nesse contexto, a participação social não pode ser vista apenas como um mecanismo formal ou burocrático, mas como um espaço de disputa e resistência, no qual diferentes forças sociais interagem e disputam sentidos, revelando tanto os desafios estruturais quanto o potencial transformador da mobilização popular no terceiro setor. (Gohn, 2009)

³ A participação genuína e efetiva na esfera pública pressupõe o envolvimento ativo dos sujeitos na definição e implementação das políticas sociais, sem que haja subordinação a interesses privados ou limitações impostas pela lógica neoliberal. Gohn (2011) argumenta que, com a expansão do terceiro setor, a participação da sociedade civil muitas vezes ocorre de maneira mediada por entidades privadas, o que pode restringir seu caráter emancipatório e autônomo.

A participação instrumentalizada refere-se a um modelo em que a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é reduzida a uma função operacional, sendo limitada à execução de programas predefinidos pelo Estado ou por entidades financiadoras. Segundo Gohn (2009, p. 85), esse tipo de participação ocorre quando os indivíduos e as organizações não possuem poder real de decisão, mas apenas aderem a um conjunto de diretrizes previamente estabelecidas. Ela destaca que essa forma de participação "se caracteriza pela subordinação das organizações sociais a lógicas institucionais e burocráticas, que limitam sua capacidade de contestação e transformação".

Esse fenômeno também é apontado por Faleiros (2004), que destaca como essa participação pode ser manipulada para garantir um controle social sobre os grupos vulneráveis, sem promover de fato algum tipo de transformação. Para ele, "a participação controlada e instrumentalizada serve, muitas vezes, para legitimar políticas públicas que não foram discutidas amplamente com a população beneficiária" (Faleiros, 2004, p. 132). Nesse sentido, a instrumentalização da participação social pode reforçar relações de dependência entre as OSCs e o Estado, dificultando a atuação autônoma dessas organizações.

A lógica da instrumentalização da participação também está ligada ao avanço das políticas neoliberais, em que o Estado transfere a execução de serviços sociais para o terceiro setor, sem garantir mecanismos efetivos de participação democrática. Faleiros (2001, p. 147) aponta que, nesse modelo, "o controle social acaba sendo cooptado, funcionando como uma formalidade burocrática, sem que haja uma verdadeira possibilidade de intervenção crítica e autônoma por parte da sociedade civil".

Esse modelo de participação frequentemente se traduz em programas de voluntariado assistencialista, conselhos sociais com poder consultivo limitado e parcerias público-privadas que não envolvem efetivamente a população na tomada de decisões. Para Gohn (2011, p. 77):

[...] a participação restrita a processos burocráticos, sem abertura para a deliberação e o protagonismo das comunidades, resulta na manutenção do status quo e no fortalecimento de práticas clientelistas.

Em contraposição à participação instrumentalizada, a participação emancipatória busca fortalecer a autonomia das organizações sociais e dos

indivíduos, promovendo a construção de sujeitos políticos ativos. Para Gohn (2011), esse modelo de participação é essencial para garantir que os grupos sociais marginalizados possam atuar de forma protagonista na formulação e implementação de políticas públicas. Gohn (2011, p. 101) enfatiza que:

[...] a participação social emancipatória não se reduz à adesão a programas institucionais, mas se configura como um processo contínuo de mobilização e empoderamento das comunidades.

Esse conceito se aproxima da ideia de cidadania ativa, na qual os sujeitos deixam de ser meros receptores de benefícios sociais e passam a se organizar coletivamente para reivindicar direitos e transformar sua realidade. Faleiros (2004, p.140) compartilha dessa visão ao afirmar que:

[...] a participação emancipada exige um processo pedagógico que desenvolva a consciência crítica dos sujeitos sociais, permitindo que eles atuem como protagonistas na disputa por políticas públicas e na construção de alternativas ao modelo hegemônico.

A participação emancipatória está ligada à organização popular e aos movimentos sociais, que buscam romper com estruturas de poder excludentes e ampliar o acesso aos direitos. Gohn (2009) destaca que os movimentos sociais são espaços privilegiados para a construção de uma participação crítica e emancipatória, pois permitem que as comunidades mobilizem suas próprias pautas e influenciem os rumos das políticas públicas. Para Gohn (2009, p. 110):

Os movimentos sociais contemporâneos se estruturam como espaços de resistência e inovação democrática, buscando ampliar as formas de participação para além dos mecanismos institucionais.

Faleiros (2001) reforça essa perspectiva ao afirmar que a participação emancipatória precisa ser construída a partir de processos de conscientização, nos quais a população se apropria do conhecimento sobre seus direitos e sobre os mecanismos de poder. Segundo ele, "não há participação efetiva sem a apropriação crítica dos instrumentos de controle social e sem a formação de redes de solidariedade e resistência" (Faleiros, 2001, p. 153).

A articulação entre a participação instrumentalizada e a participação emancipatória aponta para um debate mais amplo sobre o papel do terceiro setor na democracia e nas políticas públicas. O que se observa é que, enquanto a participação instrumentalizada se alinha com as estruturas de poder existentes, muitas vezes reforçando o controle do Estado ou de grandes corporações sobre

as ações sociais, a participação emancipatória desafia essas estruturas, buscando um modelo de sociedade mais justo e igualitário.

O movimento para uma participação emancipatória no terceiro setor exige mudanças estruturais tanto nas relações de poder entre Estado, sociedade civil e mercado, quanto nas formas de organização das OSCs. Para Gohn (2009) e Faleiros (2004), é crucial que as organizações da sociedade civil se fortaleçam, se tornem autônomas e atuem de forma crítica e transformadora no cenário político, para que a participação social no terceiro setor não se limite a um simples instrumento de implementação de políticas públicas, mas se converta em uma prática política capaz de modificar as relações sociais e políticas. Conforme Faleiros (2004, p. 130):

A prática do controle social pressupõe um processo de mobilização e conscientização da sociedade civil. Não basta criar mecanismos institucionais se os sujeitos sociais não possuem conhecimento e ferramentas para exercer sua função de fiscalização e proposição de políticas.

Diante desses elementos, é possível apontar que as perspectivas dos dois autores abordados neste tópico se complementam na compreensão de que a participação social no terceiro setor deve ser emancipatória e crítica, com ênfase na autonomia das OSCs e no controle social como formas de garantir a efetividade das políticas públicas. A articulação entre essas perspectivas aponta para um modelo de participação que, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a democracia e os direitos sociais, também deve se opor aos limites impostos pela lógica neoliberal e pela mercantilização das políticas sociais.

3.2 - Desafios e dilemas da atuação da/do assistente social no terceiro setor com vistas ao fortalecimento da participação social

A participação social, enquanto eixo estruturante da *práxis* profissional do/da assistente social, assume contornos paradoxais no âmbito do terceiro setor. Em um cenário marcado pela hegemonia neoliberal, em que a lógica mercantil subordina as políticas sociais a interesses fragmentários, os desafios para efetivar processos participativos autênticos revelam-se multifacetados. Como pontua Medeiros (2017, p. 25):

A atuação do assistente social nas organizações não governamentais é tensionada entre a urgência de responder a

demandas imediatas e a necessidade de construir estratégias que transcendam o assistencialismo, garantindo a emancipação política dos sujeitos.

Nesse contexto, a prática profissional confronta-se com dilemas ético-políticos que exigem reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades de fortalecer a participação social em espaços permeados por contradições estruturais.

A tensão entre modelos de participação instrumentalizada e emancipatória configura-se como um dos principais entraves à efetivação de processos democráticos no terceiro setor. A participação instrumentalizada, como analisa Gohn (2011, p. 77), “se caracteriza pela subordinação das organizações sociais a lógicas institucionais e burocráticas, que limitam sua capacidade de contestação e transformação”.

Essa dinâmica é intensificada pela dependência financeira das organizações, que as obriga a alinhar suas ações a critérios de eficiência e resultados quantificáveis, muitas vezes impostos por financiadores públicos ou privados. Medeiros (2017, p. 89) ilustra essa realidade ao analisar casos em que assistentes sociais relatam a “necessidade de adaptar projetos socioeducativos a editais que priorizam métricas de atendimento em detrimento da qualidade do processo participativo”.

A participação emancipatória, por sua vez, pressupõe a construção de espaços autônomos de deliberação coletiva, nos quais os sujeitos sociais exercem protagonismo na definição de agendas políticas. Faleiros (2004, p. 132) reforça que tal modelo “exige a ruptura com estruturas hierárquicas e a criação de mecanismos que garantam a voz ativa das comunidades”.

No entanto, como destaca Medeiros (2017, p. 115):

[...] a pressão por resultados imediatos e a dependência de recursos externos frequentemente inviabilizam a implementação de processos participativos profundos, relegando-os a iniciativas pontuais e desconectadas de um projeto político amplo.

Essa contradição expõe o dilema central enfrentado por assistentes sociais, que diz respeito em como conciliar as exigências pragmáticas das organizações com a necessidade de fomentar práticas transformadoras.

A superação dessa dicotomia demanda, segundo Boschetti (2003, p. 140), “estratégias criativas que subvertam a lógica neoliberal, convertendo

espaços de participação formal em arenas de disputa política”. Medeiros (2017) relata experiências em que assistentes sociais utilizaram reuniões de prestação de contas para problematizar com a comunidade os limites do financiamento público, estimulando debates sobre a necessidade de políticas universais. Tais práticas evidenciam que, mesmo em contextos restritivos, é possível ressignificar instrumentos burocráticos, transformando-os em ferramentas de educação política e mobilização coletiva.

A participação social pressupõe, idealmente, a existência de mecanismos institucionalizados de controle social, como conselhos e fóruns deliberativos. No entanto, no terceiro setor, tais espaços frequentemente são fragilizados pela ausência de poder decisório real. Conforme observa Medeiros (2017, p. 102), “muitas organizações replicam estruturas hierárquicas que concentram a tomada de decisões em gestores ou financiadores, relegando aos usuários um papel secundário de ‘beneficiários’ passivos”. Essa dinâmica contraria o princípio da gestão democrática, essencial para a participação autêntica, e reproduz relações de dependência que perpetuam a assimetria de poder entre instituições e comunidades.

José Paulo Netto (2001, p. 47) contextualiza essa fragilidade na “macroestrutura neoliberal”⁴, argumentando que:

[...] a despolitização da questão social transforma os espaços de controle social em aparatos técnico-burocráticos, desprovidos de capacidade para tensionar as estruturas de dominação.

Para os/as assistentes sociais, isso implica o desafio de ressignificar tais espaços, transformando-os em arenas de disputa política. Medeiros (2017, p. 115) destaca essas experiências:

[...] utilizaram reuniões de prestação de contas não apenas para transparência administrativa, mas para problematizar com a comunidade os limites do financiamento público e a necessidade de pressão por políticas universais.

Essas iniciativas demonstram que, mesmo em contextos restritivos, é possível subverter a função original dos mecanismos de controle, convertendo-os em instrumentos de educação política.

⁴ A "macroestrutura neoliberal", conforme abordada por Netto, refere-se ao conjunto de transformações estruturais promovidas pelo neoliberalismo no Estado e nas políticas sociais, marcadas pela privatização de serviços públicos, redução da proteção social, flexibilização de direitos e subordinação das políticas sociais à lógica de mercado. (Netto, 2001)

No entanto, a efetividade dessas estratégias depende da articulação com movimentos sociais e redes de resistência. Como pontua Gohn (2011, p. 110), “a participação emancipatória só se efetiva quando transcende os muros das instituições, conectando-se às lutas mais amplas por democracia e justiça social”. Medeiros (2017) relata casos em que assistentes sociais promoveram parcerias com sindicatos e coletivos locais, ampliando o escopo das demandas e fortalecendo a pressão por políticas públicas. Essas práticas evidenciam que a fragilidade dos espaços formais pode ter como contraponto a construção de redes informais de mobilização, capazes de amplificar a voz das comunidades.

A precarização das condições de trabalho no terceiro setor, marcada por contratos temporários, jornadas extensas e ausência de suporte institucional, se apresenta como outro obstáculo ao fortalecimento da participação social. Conforme relata Medeiros (2017, p. 67):

[...] os assistentes sociais entrevistados destacaram a dificuldade de conciliar a execução de projetos com prazos curtos e a construção de vínculos duradouros com as comunidades, essenciais para processos participativos.

A rotatividade de profissionais, agravada pela instabilidade financeira das organizações, gera descontinuidade nas ações, minando a confiança da população e fragmentando iniciativas que demandam tempo para amadurecer.

Essa realidade é agravada pela pressão por resultados imediatistas, típica da lógica neoliberal. Como analisa Boschetti (2003, p. 136):

A focalização das políticas em projetos pontuais desarticula a noção de direitos, substituindo-a por uma assistência fragmentada que não enfrenta as causas estruturais da desigualdade.

Nesse cenário, os/as assistentes sociais enfrentam o dilema de priorizar ações emergenciais (como distribuição de cestas básicas) em detrimento de processos educativos de longo prazo (como a formação de lideranças comunitárias). Medeiros (2017, p. 142) relata que, em alguns casos, “profissionais optaram por destinar parte dos recursos de editais à realização de oficinas de conscientização política, mesmo sob risco de não cumprirem metas quantitativas”. Tais escolhas, embora arriscadas, revelam a resistência ética de profissionais comprometidos com a transformação social e com os princípios orientadores da Projeto Ético-Político da profissão.

A descontinuidade das ações também reflete a volatilidade dos financiamentos, que priorizam projetos inovadores em detrimento da manutenção de programas consolidados. Medeiros (2017, p. 189) observa que “a falta de recursos para capacitação contínua de equipes e usuários fragiliza a sustentabilidade das iniciativas, perpetuando ciclos de dependência”. Para romper esse padrão, a autora sugere a criação de fundos autônomos geridos coletivamente pelas comunidades, garantindo maior estabilidade às ações. No entanto, tal proposta esbarra na resistência de gestores e financiadores, que relutam em renunciar ao controle sobre os recursos.

A participação social emancipatória exige não apenas a abertura de espaços formais, mas a construção de sujeitos políticos críticos e organizados. No entanto, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, como periferias urbanas e zonas rurais isoladas, a falta de acesso à educação política e a predominância de relações clientelistas dificultam esse processo. Gohn (2011, p. 101) argumenta que “a participação emancipatória demanda um trabalho pedagógico contínuo, capaz de desnaturalizar as desigualdades e fomentar a auto-organização popular”.

Medeiros (2017, p. 178) identifica que, em muitas organizações, os/as assistentes sociais assumem esse papel educativo, promovendo rodas de conversa, cursos de direitos humanos e articulações com movimentos sociais. Porém, a autora ressalta que “a efetividade dessas iniciativas é limitada pela escassez de recursos para capacitação e pela resistência de gestores, que veem na politização das comunidades uma ameaça à estabilidade institucional”. Esse cenário evidencia o conflito entre a função transformadora do Serviço Social e as demandas burocráticas das organizações, que muitas vezes priorizam a manutenção de parcerias em detrimento do enfrentamento das contradições sociais.

A formação política também enfrenta obstáculos culturais, como o analfabetismo funcional e a descrença na eficácia da participação. Medeiros (2017, p. 165) relata que, em comunidades rurais, “a histórica exclusão dos processos decisórios gerou uma cultura de resignação, dificultando a mobilização coletiva”. Para superar essa barreira, assistentes sociais desenvolveram metodologias lúdicas, como teatro popular e oficinas de memória, que resgatam a história de lutas locais e estimulam o engajamento.

Essas práticas, embora demandem tempo e recursos, demonstram que a educação política pode ser adaptada às realidades locais, fortalecendo a identidade coletiva e a capacidade de ação.

A autonomia relativa do/da assistente social é frequentemente tensionada no terceiro setor. Conforme define Iamamoto (2009, p. 353), “a autonomia profissional não é absoluta, mas construída na relação dialética entre as determinações institucionais e o compromisso com os interesses da classe trabalhadora”. No contexto das ONGs, essa relação torna-se ainda mais complexa, pois as diretrizes organizacionais são frequentemente definidas por agentes externos, como financiadores internacionais ou empresas privadas, cujos interesses podem colidir com os princípios do Serviço Social.

Medeiros (2017, p. 154) relata casos em que assistentes sociais foram pressionados a “suavizar denúncias sobre violações de direitos em relatórios institucionais, para não comprometer futuras parcerias”. Essa subordinação a interesses alheios à emancipação das comunidades configura um dilema ético grave, exigindo dos profissionais posicionamento crítico e, em alguns casos, ruptura com as instituições. Como destaca Faleiros (2001, p. 147), “a prática profissional no terceiro setor só adquire sentido político quando confronta a lógica mercantil, recusando-se a converter direitos em serviços”.

A tensão entre autonomia e subordinação também se manifesta na gestão de conflitos internos. Medeiros (2017) descreve situações em que assistentes sociais mediram disputas entre comunidades e gestores, defendendo a priorização de demandas locais em detrimento de metas institucionais. Esses casos ilustram o papel do profissional como mediador crítico, capaz de negociar espaços de autonomia mesmo em estruturas hierárquicas. No entanto, como ressalta a autora, “a sustentação dessa postura exige suporte coletivo da categoria e o fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais” (Medeiros, 2017, p. 210).

Um desafio adicional, menos explícito, mas igualmente relevante, é a mercantilização da participação social no contexto neoliberal. Como analisam Behring e Boschetti (2009, p. 37), “o neoliberalismo redefine as políticas sociais como serviços a serem geridos pelo mercado, transformando demandas coletivas em produtos negociáveis”. Nessa lógica, a participação é reduzida a um mecanismo de validação de projetos pré-definidos, desvinculado de qualquer

projeto político transformador. Medeiros (2017, p. 132) observa que “muitas ONGs contratam empresas especializadas em ‘engajamento comunitário’, que utilizam técnicas de marketing para simular participação, sem alterar relações de poder”.

Essa dinâmica altera o sentido original da participação, transformando-a em um instrumento de legitimação de políticas excludentes. Como alerta Netto (2001, p. 49), “a mercantilização das políticas sociais corrompe a noção de cidadania, substituindo-a pela figura do cliente”. Para os/as assistentes sociais, isso implica o desafio de resistir à cooptação das práticas participativas, reafirmando seu caráter político e coletivo. Nesse sentido, Medeiros (2017) destaca iniciativas em que profissionais se recusaram a adotar metodologias padronizadas de participação, optando por processos construídos coletivamente com as comunidades.

Nesse sentido, Medeiros (2017) destaca que, diante da cooptação das práticas participativas, alguns assistentes sociais buscaram estratégias para reafirmar o caráter político e coletivo da participação social. Uma dessas iniciativas foi a resignificação das reuniões de prestação de contas, que deixaram de ser apenas espaços burocráticos para se tornarem momentos de reflexão crítica. Nessas ocasiões, os profissionais debatiam com a comunidade os limites do financiamento público e a necessidade de reivindicação por políticas universais, transformando um procedimento técnico em uma oportunidade de educação política e mobilização social.

Além disso, outra estratégia adotada foi a destinação de recursos para ações de educação política. Em algumas experiências, assistentes sociais optaram por alocar parte dos recursos de editais para oficinas voltadas à conscientização sobre direitos sociais, participação cidadã e organização comunitária. No entanto, essa escolha frequentemente entrava em conflito com as exigências dos financiadores, que priorizavam metas quantitativas em detrimento da qualidade dos processos participativos. Ainda assim, tais iniciativas evidenciam que, mesmo em um cenário de restrições institucionais e pressões mercadológicas, é possível construir espaços de resistência e fomentar práticas emancipatórias no âmbito da participação social (Medeiros, 2017).

Behring (2003, p. 82) complementa essa crítica ao afirmar que “a focalização e a terceirização das políticas sociais fragmentam a noção de

direitos, convertendo-os em serviços precários e descontínuos". Essa precarização reforça a necessidade de assistentes sociais atuarem como mediadores críticos, denunciando a transformação de direitos em mercadorias e fortalecendo a luta por políticas universais.

Diante dos desafios e dilemas que perpassam a atuação do/da assistente social no terceiro setor, observa-se que a participação social se configura como um espaço de disputa, no qual diferentes interesses e lógicas se confrontam. A instrumentalização dos processos participativos, imposta pelas exigências de financiadores e pela pressão por resultados imediatos, limita a construção de uma participação efetivamente emancipadora. No entanto, mesmo em contextos adversos, os/as assistentes sociais podem adotar estratégias de resignificação das práticas institucionais, convertendo espaços burocráticos em arenas de educação política e mobilização coletiva.

Nesse sentido, a superação das limitações impostas pelo neoliberalismo exige a articulação entre a categoria profissional e os movimentos sociais, ampliando a capacidade de pressão por transformações estruturais. O fortalecimento da participação social no terceiro setor depende da criação de mecanismos que garantam o protagonismo das comunidades, rompendo com padrões clientelistas e assistencialistas. Assim, o desafio do/da assistente social consiste em equilibrar as exigências institucionais com a construção de estratégias que promovam a autonomização dos sujeitos, reafirmando o compromisso ético-político da profissão na luta por justiça social e democratização das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da atuação do/a assistente social no terceiro setor, considerando a hegemonia neoliberal no Brasil. A pesquisa demonstrou que a reconfiguração do papel do Estado, marcada pela retração das políticas públicas e pela ampliação das organizações da sociedade civil, impacta diretamente a prática profissional desses trabalhadores, que enfrentam dilemas estruturais, financeiros e ético-políticos.

Ao longo da investigação, constatou-se que as organizações do terceiro setor desempenham um papel fundamental na oferta de serviços sociais, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. No entanto, como apontam Montaño (2012) e Boschetti (2003), essas instituições operam dentro de uma lógica neoliberal que desloca para a sociedade civil a responsabilidade por demandas sociais que deveriam ser de competência estatal. Essa transferência acarreta contradições estruturais, pois, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso a determinados serviços, essas organizações frequentemente sofrem com financiamentos instáveis, baixa autonomia política e dificuldades para garantir a efetivação dos direitos sociais.

A análise crítica sobre a inserção do/a assistente social nesse contexto permitiu compreender que esses profissionais lidam cotidianamente com desafios que vão além das dificuldades materiais e estruturais das organizações. A autonomia profissional é constantemente tensionada pela dependência de financiadores externos, pela instabilidade institucional e pela exigência de adaptação a modelos gerenciais que priorizam eficiência e resultados quantitativos em detrimento de uma intervenção social efetiva.

Como destaca Iamamoto (2009), a autonomia do/a assistente social não pode ser compreendida de maneira isolada, mas deve ser analisada à luz das condições objetivas de trabalho e das contradições presentes nas instituições em que atuam.

Dessa forma, a prática profissional no terceiro setor exige a adoção de estratégias que sejam síntese das mediações entre as limitações institucionais e os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A construção de redes de articulação, o fortalecimento da participação social e a busca por maior

autonomia profissional emergem como caminhos possíveis para enfrentar os desafios impostos pela mercantilização dos direitos sociais.

Para Faleiros (2001), a participação ativa dos/das assistentes sociais em espaços de controle social é essencial para ampliar sua capacidade de incidência sobre as políticas públicas e a regulamentação do trabalho no terceiro setor, garantindo que sua atuação não se restrinja a um papel meramente assistencialista.

Além disso, a pesquisa evidenciou que o avanço do neoliberalismo não apenas reduz a presença do Estado na garantia dos direitos sociais, mas também reforça a focalização e a mercantilização desses direitos. A substituição da assistência estatal por iniciativas filantrópicas e projetos pontuais compromete a universalidade e a integralidade das políticas sociais, intensificando a seletividade no atendimento às demandas da população (Montaño, 2014).

Assim, fica evidente que o terceiro setor não pode ser visto como alternativa viável para substituir o Estado na proteção social, pois sua atuação é marcada pela fragmentação e pela instabilidade, tornando precário o acesso a direitos fundamentais.

Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de fortalecimento das redes de mobilização e participação social, de forma que a sociedade civil possa atuar de maneira mais incisiva na formulação e implementação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis. A articulação entre assistentes sociais, movimentos sociais e organizações populares pode contribuir para ampliar a efetividade das ações desenvolvidas no terceiro setor, garantindo um impacto mais duradouro na vida das populações atendidas. Nesse sentido, torna-se urgente fomentar estratégias de resistência ao modelo neoliberal, fortalecendo espaços de controle social e ampliando o diálogo entre o terceiro setor e as políticas públicas.

A precarização das condições de trabalho no terceiro setor também foi um ponto crucial abordado ao longo do estudo. Conforme destacam Boschetti (2003) e Montaño (2012), a intensificação das políticas neoliberais promove a focalização e a privatização dos serviços, impondo barreiras à atuação profissional dos/as assistentes sociais. A insegurança dos vínculos empregatícios, os baixos salários e a sobrecarga de trabalho são fatores que

comprometem a qualidade das intervenções sociais e reforçam a desvalorização desses trabalhadores.

Netto (2012) alerta que a transferência de responsabilidades do Estado para o terceiro setor não deve ser interpretada como um avanço na democratização da assistência social, mas sim como uma estratégia para reduzir os gastos públicos e transferir a gestão da “questão social” para a esfera privada.

Diante desse cenário, a pesquisa demonstrou a importância de um maior comprometimento do Estado na garantia de políticas públicas universais e efetivas. Ainda que as organizações do terceiro setor desempenhem um papel importante no atendimento a populações vulneráveis, sua atuação não pode substituir a responsabilidade estatal na promoção da justiça social.

A pesquisa revelou ainda que, conforme apontam Boschetti (2003) e Montaño (2012), a intensificação das políticas neoliberais impacta diretamente o trabalho social, promovendo a focalização e a privatização dos serviços. Isso reforça a necessidade de estratégias que fortaleçam a luta por políticas públicas universais e ampliem o compromisso do Estado com a garantia dos direitos sociais. Como Netto (2012) destaca, o Estado não deve transferir para o terceiro setor sua responsabilidade primária na promoção da justiça social, sob pena de aprofundamento das desigualdades e da fragmentação do atendimento social.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem o debate sobre a interface entre Serviço Social e terceiro setor, investigando possibilidades de inovação na gestão, financiamento e práticas interventivas dessas organizações. A continuidade desses estudos poderá ampliar o entendimento sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e contribuir para a formulação de estratégias que fortaleçam a defesa e a ampliação dos direitos sociais no Brasil.

Além disso, seria pertinente investigar a percepção dos próprios profissionais acerca das contradições vivenciadas no terceiro setor, de modo a contribuir para a construção de um arcabouço teórico e metodológico que possibilite uma atuação mais crítica e propositiva no enfrentamento das desigualdades sociais.

A pesquisa, ao analisar criticamente a atuação do/a assistente social no terceiro setor, contribui para ampliar o debate acadêmico e profissional sobre os impactos do neoliberalismo no Serviço Social. Espera-se que este estudo sirva

como subsídio para reflexões futuras, fortalecendo o compromisso da categoria com a defesa dos direitos sociais e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O desafio posto para os/as assistentes sociais, portanto, não se limita à adaptação às restrições institucionais do terceiro setor, mas passa pela reafirmação do seu compromisso ético-político na luta por justiça social, pela defesa dos direitos humanos e pelo fortalecimento da democracia.

Por fim, a pesquisa busca evidenciar que, embora o terceiro setor opere sob a lógica neoliberal, a atuação do/da assistente social pode transcender o assistencialismo, convertendo desafios em oportunidades para a construção de práticas transformadoras. Nesse sentido, o estudo reforça a importância da articulação coletiva da categoria, da formação política crítica e da resistência às formas de cooptação impostas pelo capital, demonstrando como a mediação profissional pode contribuir para a transformação social e o fortalecimento da luta por direitos.

Dessa forma, conclui-se que, apesar das adversidades impostas pela lógica neoliberal, o terceiro setor pode se constituir em um espaço estratégico de intervenção para o Serviço Social, desde que não seja instrumentalizado como um mecanismo de desresponsabilização estatal. A luta pela garantia de políticas públicas efetivas e universais deve continuar sendo um eixo central na atuação desses profissionais, de modo que sua prática contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa.

- Referências bibliográficas

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da 'Questão Social'**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

SILVA, Lidia Lopes da. **O trabalho do assistente social no "terceiro setor": a superação das dificuldades e a construção de novos caminhos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Assistência Social no Brasil: Expressão do Processo de Regulação do Capital**. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1992.

MEDEIROS, Najara Sousa. **O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais: Uma Análise a Partir da Conjuntura de Crise do Capitalismo Contemporâneo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Participação e controle social: fundamentos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Democracia e participação: a construção do controle social**. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade nos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais, terceiro setor e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

TAMAROZZI, G. A; DIAS, W, S. **Atuação profissional do serviço social no campo das ONGs: Reflexões acerca da instrumentalidade do exercício profissional**. Revista Multidebates, v. 2, n.1, p. 312-325, Palmas-TO, 2018.

BESSER PEREIRA, LUIZ. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. 1997

SILVA, Kletiane de Carvalho; OLIVEIRA, Simone Gracielle Araújo de. **O terceiro setor na sociedade capitalista: o processo de desresponsabilização do Estado**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho, Maceió, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5273/>.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M. Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULANI, Lucia Maria. **Brasil Delivery: A Crítica ao Neoliberalismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, F. (2006). **A ofensiva neoliberal e a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora X.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Exclusão social e políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Serviço Social e política social: aspectos críticos**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2012.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas Organizações Não governamentais: tendências e particularidades**. 2007. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRN, Natal. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7440>

BEHRING, Elaine Rosseti e Boschetti, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: editora Cortez, 2011

PAULANI, Lucia Maria. **Neoliberalismo e os Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.